



Compensações nas florestas

Uma lógica que viola os direitos dos povos indígenas e tradicionais e facilita o desmatamento



Xapuri (Acre, Brasil), Dezembro 2018.

Uma compilação de artigos do Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Outubro 2019

Compensações nas florestas

Uma lógica que viola os direitos dos povos indígenas e tradicionais e facilita o desmatamento

Uma compilação de artigos do Boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Outubro 2019



Tabele de conteúdo

1. Introdução	5
----------------------------	---

2. Compilação de artigos do Boletim do WRM	7
---	---

A “economia verde”: dando imunidade a criminosos	7
---	---

Do Boletim 222 do WRM, marco 2016

As políticas e os planos que implementam a “Economia Verde” não visam transformar a atual economia prejudicial em uma que não o seja, e sim algo muito diferente: (re)criar a própria “natureza”, o que reforça o entendimento colonial que a vê como um conjunto de espécies não perturbadas pela interação humana. Permitir que as atividades destrutivas se expandam sem violar qualquer lei, agrava ainda mais as ameaças às florestas e às pessoas cujo modo de vida elas sustentam e cujos meios de subsistência elas garantem.

Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário	12
---	----

Do Boletim 197 do WRM, dezembro 2013

Um estado pioneiro e referência para o “Manejo Florestal Sustentável Comunitário” no mundo é o Acre. A extração da madeira é praticada dentro de territórios de comunidades seringueiras. Para elas, esse Manejo tem sido apresentado com base na possibilidade de aumentar muito a renda dessas pessoas e, ao mesmo tempo, conservar a floresta para as gerações futuras. No entanto, na realidade, ameaça os direitos dos seringueiros a manter seu modo de vida e o controle sobre a floresta da qual dependem.

Dercy Teles sobre a mobilização popular das seringueiras e seringueiros no Brasil	21
--	----

Do Boletim 231 do WRM, junho 2017

Dercy Teles, a primeira presidenta de um Sindicato de Trabalhadores Rurais do Brasil na Xapuri, Acre, compartilha seus pensamentos sobre a rica história de mobilização popular das seringueiras e seringueiros, as dificuldades, aprendizagens e desafios.

A menção ao REDD+ no Acordo de Paris garante a continuação do financiamento para a indústria de conservação, enquanto o desmatamento em grande escala avança sem encontrar obstáculos	25
--	----

Do Boletim 228 do WRM, janeiro de 2017

Os dirigentes do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Verde para o Clima ou dos governos da Noruega e da Alemanha, além de outros financiadores, continuam ignorando as evidências cada vez maiores de que continuar financiando o REDD+ é contraproducente para reduzir a perda de florestas e combater as causas das mudanças climáticas, e que o mecanismo, acima de tudo, permite que os atores da indústria de desenvolvimento e conservação continuem tendo acesso a recursos financeiros.

REDD e direitos: o bom, o mau e o feio 29

Do Boletim 234 do WRM, novembro de 2017

A proposta de incluir as florestas nas negociações climáticas da ONU completará 10 anos. No quadro do avanço do mecanismo REDD+, a questão relativa aos direitos humanos, dos povos indígenas, das mulheres, das comunidades locais, entre outros, tem sido um ir e vir de atores, roteiros, cenários, elencos, comédias, mas, acima de tudo, têm prevalecido os efeitos especiais e a arte da maquiagem.

Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias 33

Do Boletim 237 de WRM, abril de 2018

Uma comunidade de seringueiros, dentro de um projeto de REDD+ de 40 mil hectares, enfrenta uma difícil luta pelo direito à terra. O projeto, fazendo afirmações com base em títulos de terras questionáveis, já vendeu créditos de carbono e, até agora, somente forneceu à comunidade kits de higiene bucal e uma visita ao dentista.

Financiamento equivocado: apoio ao REDD+ por parte do Fundo Verde para o Clima 37

Do Boletim 243 do WRM, abril 2019

Apesar de o governo brasileiro ter anunciado cortes nas ações contra o desmatamento, o Fundo Verde para o Clima concedeu a ele 96 milhões de dólares por supostas reduções de emissões na Amazônia. Parte dessas emissões só foi evitada no papel, e o Fundo deve aprovar mais verbas para a negociação de créditos de REDD.

REDD+: um esquema podre em sua essência 43

Do Boletim 245 do WRM, setembro 2019

O REDD+ se revelou um grande fracasso para o clima, as florestas e os povos das florestas, mas muitas agências internacionais e governos continuam a apoiá-lo. Este artigo analisa sua incapacidade continuada em não conseguir interromper o desmatamento e descreve os problemas das principais iniciativas internacionais de REDD+.

3. Resistência às propostas para permitir compensações internacionais de florestas, alguns exemplos 49

- Brasil: Carta dos Povos Indígenas dirigida aos governos da Alemanha e da Califórnia (maio 2019) 49

- Brasil: Declaração de Sena Madureira (junho de 2018) 50

- Brasil: Povos Indígenas do Acre declaram sua rejeição às políticas de REDD e seu apoio ao CIMI 53

- Moção de repúdio e solidariedade frente a ameaças às lideranças no Acre (agosto de 2017) 54

- Declaração de Xapuri (Acre, maio de 2017) 58

- Brasil: Carta Pública do Acre/Brasil denuncia “consulta” sobre REDD+ na Califórnia 61

4. Outros materiais recomendados 63

1. Introdução

O Acre é um estado relativamente pequeno do oeste da Amazônia brasileira, na fronteira com o Peru e a Bolívia. É conhecido como o lugar onde morava Chico Mendes, que foi assassinado em 1988 por lutar pelos direitos dos seringueiros e se tornou um símbolo no Brasil e no mundo em função de sua luta por justiça social na floresta.

O estado do Acre também ficou famoso em todo o mundo por razões bem diferentes, ao ser citado como modelo para a chamada **Economia Verde** nas áreas de floresta tropical. Esse modelo se baseia em atribuir preço à natureza e afirmar que as florestas de um lugar podem ser destruídas sem danos gerais à natureza, desde que sejam “recriadas” em outros lugares. Ou que as empresas podem continuar a poluir e queimar combustíveis fósseis, como petróleo e carvão, e alegar que não causam mudanças climáticas – desde que paguem, por exemplo, ao Acre, pela promessa de manter as florestas do estado em pé, como depósito de carbono. Com esse pagamento pelo chamado “serviço ecossistêmico de armazenamento de carbono”, a empresa poluidora pode alegar ter compensado os danos climáticos causados pela queima de petróleo ou carvão. Essa ideia é chamada de compensação de carbono.

Comprar créditos – ou compensações de carbono, como também são chamados – talvez seja bom para as relações públicas das empresas, mas é ruim para o clima, as florestas e as comunidades convivendo com a floresta. É ruim para o clima e as florestas porque a destruição causada pela exploração e a queima de petróleo e carvão continuará. É ruim para as comunidades porque, como demonstram os artigos desta compilação, a compensação de carbono traz conflito, desapropriação e controle externo sobre as florestas comunitárias.

A Encíclica Laudato Sí, de 2015, alerta sobre as consequências de se cair nessa ilusão de que é possível compensar os danos climáticos resultantes da queima contínua de combustíveis fósseis:

“171. A estratégia de compra e venda de ‘créditos de carbono’ pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Esse sistema parece uma solução rápida e fácil, com a aparência de um certo compromisso com o meio ambiente, mas não possibilita qualquer mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode acabar sendo uma manobra que permita manter o consumo excessivo de alguns países e setores.”

O Acre se tornou um modelo internacional que foi pioneiro precisamente desse comércio de créditos de carbono vinculado a um mecanismo originalmente chamado de REDD, que significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal). O que poderia parecer bom à primeira vista se revelou uma

ideia muito prejudicial para o clima (porque não ajuda a reduzir as emissões e justifica a continuação de queima de petróleo e carvão mineral), para a floresta (porque não ajuda a reduzir o desmatamento, como mostraram os muitos incêndios recentes na Amazônia) e para as comunidades (porque responsabiliza os pequenos agricultores e os povos indígenas pelo desmatamento, restringe o uso que eles podem fazer da floresta, gera muitos conflitos e permite que proprietários de projetos de REDD vindos de fora monitorem e controlem o uso do território). Essa realidade do REDD está longe dos benefícios prometidos às comunidades que dependem da floresta. Essas promessas que o REDD traria benefícios para as comunidades podem ser encontradas no colorido material de relações públicas sobre REDD distribuído amplamente pelo governo do Acre e seus parceiros, como o Banco Mundial e as grandes ONGs de conservação.

Hoje, essa ideia do REDD – salvar florestas vendendo créditos de carbono a empresas poluidoras ou a países que preferem não reduzir suas próprias emissões – assumiu vários nomes, como “soluções climáticas naturais” (quando todos sabemos que a única solução para evitar uma crise climática é manter o petróleo e o carvão no solo), “restauração da paisagem” ou “economia de base biológica”. Os nomes podem estar mudando, mas as consequências para as comunidades amazônicas permanecerão as mesmas, porque continuam sendo soluções falsas, impostas a partir de fora às comunidades que dependem da floresta na Amazônia.

Nos últimos anos, comunidades, ativistas e organizações locais que apoiam as lutas comunitárias por justiça social vêm construindo – no espírito de Chico Mendes – uma aliança contra a “economia verde” e sua lógica de compensação. Eles documentaram os múltiplos impactos negativos dessa falsa suposição de que as emissões resultantes da queima de carbono fóssil contido no petróleo, no carvão ou no gás podem ser compensadas pagando pelo armazenamento de carbono na floresta do Acre.

Os artigos e declarações desta compilação foram publicados originalmente no boletim e no site do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. Eles contam a história de como o REDD representa uma ameaça para as comunidades dependentes da floresta na Amazônia e não foi capaz de ajudar a prevenir o desmatamento. Vários artigos abordam lutas específicas das comunidades do Acre para defender suas florestas e territórios da destruição e do REDD.

Diga não à falsa solução de compensação de carbono e REDD!

2. Compilação de artigos do Boletim do WRM

A “economia verde”: dando imunidade a criminosos

[Do Boletim 222 do WRM, marco 2016](#)

As políticas e os planos que implementam a “Economia Verde” não visam transformar a atual economia prejudicial em uma que não o seja, e sim algo muito diferente: (re)criar a própria “natureza”, o que reforça o entendimento colonial que a vê como um conjunto de espécies não perturbadas pela interação humana. Permitir que as atividades destrutivas se expandam sem violar qualquer lei, agrava ainda mais as ameaças às florestas e às pessoas cujo modo de vida elas sustentam e cujos meios de subsistência elas garantem.

*“O objetivo é transformar a legislação ambiental em instrumentos negociáveis”
Pedro Moura, fundador da Ecorescurities, uma empresa de créditos de carbono, e criador e diretor da “Bolsa Verde Rio”, a bolsa de valores verde do Brasil (1)*

Por mais de uma década, um importante debate político nacional e internacional, visando dar um novo valor econômico à natureza, vem redefinindo as florestas como prestadoras de “serviços ambientais”. Vídeos promocionais, slogans e folhetos bonitos promovendo uma “Economia Verde” repetem várias vezes o quanto as florestas e a biodiversidade são essenciais pelos “serviços” que prestam à humanidade. As políticas e os planos que implementam a “Economia Verde” não visam transformar a atual economia prejudicial em uma que não o seja, e sim algo muito diferente: (re)criar a própria “natureza”. Essa nova visão da Economia Verde sobre a “natureza” reforça o entendimento colonial que a vê como um conjunto de espécies não perturbadas pela interação humana. Ela nega ainda mais o papel dos povos da floresta na formação da natureza ao longo de milênios e a coloca a serviço da mesma economia que continua destruindo como antes. O resultado é uma redefinição que reduz as causas subjacentes da destruição de florestas e outros territórios a uma questão de números e unidades. Por sua vez, os discursos técnicos sobre como medir cada “serviço” e como “compensar” ou “restaurar” a “inevitável” destruição da “natureza como prestadora de serviços” contribuem para criar uma cortina de fumaça. Esses discursos silenciam as questões cruciais das relações de poder e as injustiças inerentes ao sistema econômico, incluindo as causas subjacentes da destruição das florestas e da violação dos direitos das comunidades florestais e tradicionais. Pessoas, culturas, tradições, interconexões, entre muitos outros aspectos presentes em florestas e territórios, não são sequer

considerados coexistentes e inseparáveis das florestas.

O conceito de “natureza como prestadora de serviços” é central à “Economia Verde”. Para que essa lógica funcione, os “serviços” devem ser precisamente definidos e quantificados, precificados, colocados no mercado e comercializados (2). A “natureza” deve ser redefinida como um conjunto de “serviços ecossistêmicos” que podem ser medidos; habitats, territórios e localidades diferentes e singulares são divididos em unidades que sejam “equivalentes” em termos de número e quantidade de “serviços ecossistêmicos”. Ela se baseia na conversão de funções, ciclos e capacidades da natureza que são úteis aos seres humanos em “serviços”, incluindo regulação da água, armazenamento de carbono, habitat para espécies diversas, os quais, por sua vez fazem, por exemplo, a polinização de cultivos. Isso tem muitos paralelos com o processo pelo qual o trabalho humano foi transformado em trabalho assalariado. Alguns aspectos da natureza que não eram usados como parte da circulação de capital são atraídos aos mercados de capitais e à lógica desses mercados. Embora o processo de extração de ativos comercializáveis da “natureza” seja antigo, as tentativas atuais de transformar os “serviços ecossistêmicos” em um ativo têm elementos novos. Esses elementos são novos no sentido de que os recém-definidos “serviços” “da natureza” estão sendo “embalados” em um número de unidades ou “ativos” mensuráveis que possibilitam comparação, compensação e comércio. Esses “serviços” não precisam ser extraídos para ser comercializados, como madeira, minerais, etc. Por exemplo, o ato de guardar uma certa quantidade de “biodiversidade” em uma floresta em risco de ser destruída pode ser usado para “compensar” a destruição de uma quantidade “equivalente” de “biodiversidade” em uma área de floresta “comparável”, em outro lugar. Portanto, isso cria uma nova forma de extrair da “natureza”: a ausência de uma atividade que destruiria o “serviço” ou a (re)criação de um espaço “equivalente” ao que seria destruído.

Essa “nova economia com a natureza” é um processo que está avançando com persistência e é implementado por muitos atores, como meio para atingir fins diferentes e até contraditórios. Entre esses atores, estão os que realmente acreditam que através da quantificação e precificação, a “natureza” possa ser salva da destruição, como alguns acadêmicos, por exemplo. Outros, como bancos e corretores, entraram no barco para obter ganhos financeiros com as transações dos recém-criados “ativos”. A indústria de consultoria está lucrando com essa “nova economia com a natureza”, que requer muitos documentos técnicos, certificações e serviços de auditoria. Indústrias extrativas, empresas do agronegócio e dos setores de infraestrutura também são atores poderosos que se beneficiam diretamente dessa agenda: oferecendo uma saída para lidar com a destruição que criam enquanto recebem uma imagem “verde” para continuar fazendo o que sempre fizeram, e assim por diante. Ao passo que alguns desses fins são anunciados e, portanto, passam a ser de conhecimento público através de propagandas agradáveis, outros são escondidos cuidadosamente. No entanto, é importante reconhecer as diversas agendas dos muitos atores presentes na redefinição da natureza, já que considerar apenas algumas dessas motivações pode facilmente nos impedir de entender por que essa ideia adquiriu tanto destaque.

ONGs de conservação, ecologistas, economistas ecológicos, agências de

cooperação para o desenvolvimento e bancos, o Banco Mundial e agências da ONU têm dado uma contribuição crucial nas metodologias técnicas e na produção da imagem “desejada” da natureza. Mecanismos no âmbito da “economia verde”, como o REDD ou as compensações de biodiversidade, são implementados de cima para baixo e garantem que o poder de definir a “natureza”, “valorizá-la” e “protegê-la” permaneça nas mesmas mãos empresariais e estatais que permitiram sua degradação e dela se beneficiaram.

Consequentemente, um ponto crucial também para esses atores (Banco Mundial, agências da ONU, ONGs de conservação, etc.) é que os governos revisem sua legislação e sua regulamentação ambiental e criem uma base jurídica para os mecanismos de compensação propostos no âmbito da “Economia Verde”. É evidente que, em geral, as leis com potencial para proteger florestas e territórios de povos têm se mostrado fáceis de descumprir ou ignorar quando estão em jogo interesses poderosos. No entanto, permitir que as atividades destrutivas se expandam legalmente, isto é, sem violar qualquer lei, agrava ainda mais as ameaças às florestas e às pessoas cujo modo de vida elas sustentam e cujos meios de subsistência elas garantem.

Limites ilusórios: uma porta aberta para a destruição da floresta

Imunidade, de acordo com o dicionário Oxford, significa “proteção ou isenção diante de alguma coisa, principalmente uma obrigação ou punição” (3). As mudanças em acordos ambientais, legislação e regulamentações que introduzem mecanismos de compensação, como o REDD ou as compensações de biodiversidade – permitem que os governos limitem a destruição da natureza ou a poluição, ao mesmo tempo em que possibilitam que as empresas ignorem legalmente esses limites, por exemplo, quando a compensação é apresentada como forma de “alcançar” esses limites. Em outras palavras, empresas, instituições financeiras e outros atores por trás da destruição de florestas, biodiversidade e territórios dos povos da floresta têm uma espécie de imunidade: uma isenção com relação aos atos criminosos pelos quais são responsáveis quando suas operações destroem florestas e territórios. Nesse contexto, governos que estão revisando a legislação em todo o mundo estão aceitando a destruição de “serviços ecossistêmicos” em áreas anteriormente protegidas, consideradas como “habitats críticos” ou nos quais a destruição teria enfrentado oposição e críticas fortes – contanto que a perda de um “serviço ecossistêmico” específico seja compensada em outro lugar. Estão em andamento várias iniciativas internacionais, nacionais e subnacionais que destacam as diversas abordagens que tentam (re)criar a natureza como uma “prestadora de serviços” (Ver artigo deste boletim “A regulamentação ambiental na Economia Verde”).

Além das mudanças jurídicas, os critérios de investimento dos bancos multilaterais, como os bancos regionais de desenvolvimento ou o Banco Mundial, também visam influenciar a legislação ambiental. A Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), braço privado do Banco Mundial, alterou seu Padrão de Desempenho Número 6 em 2012. Qualquer empresa que queira um

empréstimo da IFC e cujas operações destruirão o que a IFC considera “habitat crítico” tem que apresentar um plano de compensação da biodiversidade, ou seja, um plano afirmando que a biodiversidade destruída será compensada em outro lugar. Com investimentos em mais de 100 países, esse “padrão” permite a continuação das indústrias extrativas ao mesmo tempo em que conecta a extração à (re)criação da natureza como prestadora de “serviços ecossistêmicos”. Essa tendência também ameaça facilitar que indústrias extrativas realizem operações em áreas protegidas.

Porque que essa transformação é tão crucial agora?

Cada vez mais, os limites impostos pela atual legislação ambiental têm se tornado um problema para as empresas continuarem fazendo seus negócios de sempre, seja para realizar suas atividades ou para manter sua imagem intacta. Enquanto, por um lado, empresas e indústrias exigem medidas para facilitar o acesso a áreas remanescentes que sejam de seu interesse, uma parte crescente da sociedade exige limites à continuação da destruição. Portanto, para políticos e investidores, as compensações são um instrumento que os ajuda a sair de um dilema: os cidadãos exigem cada vez mais limites à destruição e à poluição e exigem a restauração dos territórios já danificados. Ao mesmo tempo, as empresas exigem que esses limites não impeçam os seus negócios indevidamente e possam ser ignorados onde restringirem sua expansão. A legislação e a regulamentação que incluem compensações tornam isso possível: uma empresa pode ignorar o limite em um lugar enquanto finge respeitá-lo comprando um crédito de compensação. Portanto, as consequências lógicas são leis ambientais que preveem limites enquanto incluem o instrumento para ignorar legalmente esses limites, ao prometer “conservação”, “compensação” ou “restauração” em outros lugares.

O que é fundamental reconhecer é que a “nova economia com a natureza” é sinônimo de maior controle dos territórios por parte de empresas e do mercado, já que os certificados de “serviços ecossistêmicos” que estão sendo vendidos precisam ser “protegidos”. Projetos e planos de REDD mostram como muitas vezes eles inicialmente responsabilizam comunidades camponesas e florestais pela perda de florestas – e, portanto, pela perda do carbono armazenado nelas – enquanto as empresas e as políticas governamentais que são realmente responsáveis pelo desmatamento em grande escala continuam intocadas. Consequentemente, muitas denúncias de expulsões, restrições ao uso das florestas tradicionais das comunidades, e até mesmo aumento da poluição e do desmatamento na busca de “proteger” o novo “ativo” são resultado de projetos que dizem reduzir a destruição florestal (4). Mais do que disso, cada projeto, além de ter um impacto no local da compensação, também permite a continuação de outra atividade destrutiva em um lugar diferente, causando impacto e concentração de terras em mais um território e uma localidade. Sendo assim, é igualmente importante monitorar e denunciar os efeitos concretos para a floresta e as comunidades tradicionais.

Outra consequência fundamental para comunidades ou grupos comunitários que resistem à “Economia Verde” é que essas mudanças jurídicas fazem com que

as comunidades afetadas percam a possibilidade de levar “criminosos ambientais/ territoriais” à Justiça: Quando a própria lei permite que uma empresa exceda os limites legais de poluição ou destruição, desde que garanta “proteção” ou “re(criação)” extra em outros lugares, esse excesso de poluição ou destruição não é mais ilegal. Resumindo, pode-se comprar o direito de ignorar um limite legal. O que, por sua vez, traduz-se em mais pressão impulso para agravar a concentração de terras, permitindo o controle empresarial. Porém, essa nova forma de concentração de território por meio de medidas de compensação pode ser mais difícil de entender, porque não exige propriedade nem direitos de posse sobre a terra em si, nem sobre as árvores ou a biodiversidade. Trata-se de proteger os “serviços ecossistêmicos” que são convertidos em “unidades-ativos”. E se o que cria o ativo é (a ausência de) uma atividade que, de outra forma, teria prejudicado os “serviços”, tem que haver controle e vigilância regulares para garantir que essa atividade permaneça ausente – os “serviços” da natureza precisam permanecer intactos por um longo período ou a compensação perde a validade! E esses novos “ativos” que estão sendo “protegidos” estão localizados em territórios de comunidades camponesas e florestais, e não em terras ocupadas por empresas. Como resultado, as comunidades camponesas são responsáveis pelo desmatamento. Tecnologias recentes de vigilância, como os drones, são usadas para fiscalizar o novo “ativo” ao monitorar o uso local da terra, o que também leva a um aumento da criminalização e de abusos às comunidades locais.

Consequentemente, é indispensável estar vigilante em relação a esse processo e aprofundar a reflexão sobre por que, apesar de não haver qualquer mercado global de “serviços ecossistêmicos” à vista, o impulso para a criação de uma “nova economia com natureza” se mantém ou até cresce. Talvez a criação e a comercialização de novos ativos com base na “natureza” não seja a principal motivação, e sim conseguir colocar mais territórios sob o controle do capital em vez do das comunidades. Ir em busca de mais mudanças nas leis, de forma que seja mais fácil ignorar os limites à destruição ambiental ou à poluição sem qualquer consequência para as empresas ou investidores, parece ser uma prioridade da “economia verde”.

Joanna Cabello, joanna@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional, Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais

(1) Environmental Finance (2011): EcoSecurities co-founder launches Brazilian environmental exchange. 20 de dezembro de 2011. http://www.bvrio.org/site/images/clipping/Environmental_Finance-BVRio.pdf

(2) Em 2012, o WRM tratou de dois assuntos relacionados nas edições de fevereiro e agosto de seu boletim: ‘Environmental Services’ e ‘The Financialisation of Nature’.

(3) <http://www.oxforddictionaries.com/definition/english/immunity>

(4) <http://wrm.org.uy/pt/livros-e-relatorios/redd-uma-colecao-de-conflitos-contradicoes-e-mentiras/>

[Leia este artigo online](#) | [Índice](#)

Brasil: Vozes de comunidades no Acre alertam sobre as violações envolvidas no Manejo Florestal Sustentável Comunitário

[Do Boletim 197 do WRM, dezembro 2013](#)

Um estado pioneiro e referência para o “Manejo Florestal Sustentável Comunitário” no mundo é o Acre. A extração da madeira é praticada dentro de territórios de comunidades seringueiras. Para elas, esse Manejo tem sido apresentado com base na possibilidade de aumentar muito a renda dessas pessoas e, ao mesmo tempo, conservar a floresta para as gerações futuras. No entanto, na realidade, ameaça os direitos dos seringueiros a manter seu modo de vida e o controle sobre a floresta da qual dependem.

Da forma como é usada no mundo empresarial, a “sustentabilidade” promete, entre outras coisas, que a atividade econômica não violará direitos das comunidades afetadas e que futuras gerações poderão desfrutar do meio natural onde a atividade é praticada. ONGs, empresas e governos que promovem o “Manejo Florestal Sustentável” (MFS) afirmam que isso é possível na floresta tropical, lançando mão da certificação pelo FSC (Conselho de Manejo Florestal) como garantia.

Um estado pioneiro e referência para o MFS no mundo é o Acre, na região Amazônica do Brasil, inclusive para o “Manejo Florestal Sustentável Comunitário” (MFS Comunitário). Neste caso, a extração da madeira é praticada dentro de territórios de comunidades seringueiras. Para elas, o MFS tem sido apresentado com muitas promessas. As principais são que ele poderia aumentar muito a renda dessas pessoas e, ao mesmo tempo, conservar a floresta para as gerações futuras.

Numa visita a campo no Acre, ouvimos seringueiras e seringueiros que, através de suas associações, têm participado do MFS Comunitário, inclusive de áreas certificadas pelo FSC. Eles vivem nos Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAEs) Porto Dias e Chico Mendes. O PAE Porto Dias foi a primeira experiência do MFS Comunitário no Acre.

Neste artigo, decidimos não revelar a identidade da maioria das pessoas que tomaram seu tempo para conversar conosco, buscando evitar que sofram constrangimentos em relação àquilo que denunciaram: que o MFS, mesmo quando é chamado de comunitário, não cumpre suas promessas e ameaça os direitos dos seringueiros a manter seu modo de vida e o controle sobre a floresta da qual dependem.

O Manejo Florestal Sustentável (MFS) no Acre

Um dos principais incentivadores do MFS na América Latina foi o Banco Mundial, o qual, junto com outros doadores, lançou o “Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais/PPG7” durante a Rio-92. Um dos objetivos era estimular a “produção sustentável” que pudesse, ao mesmo tempo, desenvolver e conservar a floresta: um “desenvolvimento verde”. (1)

No Banco Mundial e em órgãos da ONU como a FAO, predomina a visão que vê a floresta como “fonte de madeira”. Portanto, o MFS mais incentivado trata-se de uma extração de árvores para madeira, chamada de “seletiva”. Engenheiros florestais começaram a fazer inventários das espécies de árvores em áreas de floresta, o que serve de base para elaborar um plano de extração – “plano de manejo” – pelo qual, a cada ano, uma parcela da área é objeto de corte, fixando-se um limite ao volume de madeira a ser extraído e voltando à mesma área de corte após um ciclo que pode variar de 15 a 30 anos.

Segundo a Organização Internacional de Madeiras Tropicais (ITTO), as áreas de florestas tropicais no mundo que estão sob algum “plano de manejo” cresceram, chegando a 131 milhões de hectares em 2011. As áreas sob um plano de manejo considerado “sustentável” aumentaram, entre 2005 e 2011, de 36 para 53 milhões de hectares (2).

No Brasil, na gestão da ex-Ministra do Meio Ambiente Marina Silva (do Acre), criou-se em 2006 a Lei 11.284, de Florestas Públicas para poder conceder áreas de floresta do Estado à iniciativa privada, criando-se também o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para coordenar o tema. As três concessões já ocorridas tratam de exploração de madeira “sustentável” por um período de 40 anos, favorecendo cinco empresas madeireiras. (3) O potencial de concessão à iniciativa privada é estimado em nada menos que 241 milhões de hectares. (4)

No Acre, a coalizão de partidos políticos que governa o estado desde 1999 aderiu desde seu início ao pensamento do MFS. O atual governador Tião Viana afirmou em 2012 que “as florestas acreanas são espaços de produção e de riqueza, com características extrativistas, amparadas pela introdução de ciência e tecnologia”. A partir disso, pode-se criar “uma economia dinâmica e sustentável para as gerações atuais e futuras”, bem como uma “inserção global, inteligente e humana no mundo”. (5)

Durante o “2º Encontro Internacional de Especialistas em Manejo Florestal Sustentável”, realizado no Acre em 2011 para celebrar o 25º Aniversário da ITTO, Eduardo Mansour, representante da organização, disse que “o Acre conseguiu imprimir um modelo de desenvolvimento sustentável que é um exemplo para todos porque seguiu padrões criteriosos de respeito a floresta, às populações tradicionais”.(6)

Impactos do MFS Comunitário sobre as comunidades

Uma proposta que vem de cima para baixo

O FSC Brasil afirma que a busca de “alternativas de modelos sustentáveis de desenvolvimento” no Acre “está embasada nos ideais de defesa da floresta e desenvolvimento sustentável, iniciados e promovidos por Chico Mendes”, o principal líder no processo de organização e luta dos seringueiros no Acre e no Brasil.(7) A referência constante à figura do Chico Mendes prevalece nos discursos daqueles que comandam e se beneficiam hoje do MFS no Acre.

Mas companheiras/os que militavam ao lado de Chico Mendes afirmam que

ele lutou para criar territórios, Reservas Extrativistas (RESEX), onde os seringueiros pudessem exercer suas atividades com autonomia e com controle do território e da floresta. O MFS não fazia parte dessa proposta, e tampouco o MFS Comunitário. O líder seringueiro Osmarino Amâncio observa que:

“Foram as décadas de 1980 e 1990, foram duas décadas de discussão. (...) e estava eu, Chico Mendes, Raimundão, Pedro Rocha, tinha um bocado de dirigentes da época, que nós sentamos para discutir os critérios da criação da Reserva Extrativista e a primeira proposta era garantir a sobrevivência dos povos da floresta porque a disputa na época era o território. Então a primeira proposta era uma proposta de reforma agrária sob o controle dos trabalhadores.”

O MSF Comunitário surgiu no Acre em meados dos anos 1990 com ajuda de técnicos da ONG CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia), conforme conta um seringueiro antigo de Porto Dias. Ele diz que foi uma proposta que veio de cima para baixo, dando aos seringueiros duas opções: “ou fazer o manejo legal ou nossa floresta viraria fumaça”, em referência ao avanço da pecuária, o desmatamento e a exploração madeireira ilegal. Para convencer a comunidade, os técnicos do CTA prometeram que o MFS resultaria numa boa renda, enquanto a extração seletiva, de “baixo impacto”, conservaria a floresta.

O governo do estado foi outro ator fundamental, subsidiando o MFS Comunitário e a certificação FSC com recursos, inclusive internacionais. Em 2002, o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), deu US\$ 65 milhões para o Acre promover o “desenvolvimento sustentável”, tendo o Manejo Florestal e a Infraestrutura como “instrumentos” fundamentais (8). Alguns moradores denunciam que só entrando no MFS conseguiram ter acesso a uma estrada – chamada “ramal” na floresta – melhor, como se entrar no MFS fosse uma condição para obter este benefício. Outro incentivo do governo foi dar licenças para o MFS, que capacitou também 850 agentes agroflorestais. Como denuncia um dos comunitários ouvidos, esses agentes são formados com o objetivo de “fazer a cabeça das comunidades para o MFS.”

A principal empresa certificadora do FSC no Acre, a Imaflora, também tem se esforçado para convencer comunidades a entrar no MSF Comunitário, afirmando que “tornar a certificação e seus benefícios acessíveis às comunidades e pequenos produtores, atraindo-os para um modelo de uso sustentável da floresta, é um trabalho conduzido como prioridade pela Imaflora desde o início da sua história”. (9)

Os “engenheiros” e as empresas tomando conta da “colocação”

Quem vem falar do manejo sustentável e também da certificação florestal do FSC, segundo comenta um seringueiro, “não são pessoas da mata”, em referência aos engenheiros das firmas que fazem o inventário ou que conduzem a certificação, complementando que “quando engenheiros falam, fica todo mundo quieto”. Com eles, citando as palavras do governador do Acre, a “ciência e tecnologia” entrou nos territórios dos seringueiros.

Contrariando a proposta inicial idealizada por Chico Mendes, o MFS

Comunitário representa uma forma pela qual outros assumem o controle sobre os seringais das famílias, algo que chega, por exemplo, no caso das famílias do PAE Chico Mendes, a 50% da sua “colocação” – o nome dado à área de coleta do látex de uma família seringueira. Trata-se, na sua essência, de uma violação dos direitos territoriais da comunidade, porque mulheres e homens seringueiros não podem mais usar livremente seu território. O MFS Comunitário, ainda mais quando é certificado, fortalece a voz do engenheiro que dirá o que será feito na área sob esse sistema, e não mais o seringueiro.

Promessas de renda frustradas

As pessoas e as instituições que convenceram as comunidades a entrar na extração de madeira para fins industriais prometeram uma renda expressiva. Mas um casal de moradores do PAE Chico Mendes se sente frustrado, afirmando que ganhou pouco dinheiro: de cerca de 10 hectares dos quais a madeira está sendo extraída, eles receberão algo como 3.000 reais, mas se queixam de que este valor será pago apenas no final do ano e uma porcentagem ainda fica com a Cooperfloresta (veja quadro abaixo). Eles garantem que, com a coleta da castanha, por exemplo, conseguem uma renda melhor. A família conta ainda que, apesar de terem decidido sair do MFS Comunitário, isso não é tão simples; ela precisa continuar por mais um tempo para poder pagar as despesas com o trabalho técnico, a exemplo do inventário realizado por terceiros antes de o manejo começar. Dizem que isso faz parte do contrato que assinaram e pelo qual assumem essa dívida, com o detalhe de que não tem cópia desse contrato firmado com a Cooperfloresta.

A Cooperfloresta

A Cooperfloresta (Cooperativa dos Produtores Florestais Comunitários) é uma cooperativa fundada em 2005 e composta por famílias extrativistas, através de 6 associações, das quais 4 com áreas certificadas pelo FSC (6). A Cooperfloresta é responsável pela venda da madeira dos associados, buscando um preço melhor. O Governo do Acre tem subsidiado a Cooperfloresta junto com o governo federal, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES. (10)

Segundo um dos moradores do PAE Porto Dias, a Cooperfloresta foi criada no prazo de um mês, sem muita discussão, e é “mais empresa que cooperativa”. Seu site mostra uma “parceria consolidada” com, por exemplo, a ITTO e a Triunfo Laminados, empresa madeireira denunciada por crimes ambientais, péssimas condições de trabalho e graves impactos sobre a comunidade seringueira São Bernardo. (11)

Segundo Dercy Teles Cunha Carvalho, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, a Cooperfloresta “não funciona dentro dos conceitos de cooperativismo”, e “(..) mesmo saindo do manejo, se retirando do processo, ainda tem que pagar os serviços que foram prestados para fazer o inventário. É que as pessoas são muito mal informadas e até um certo ponto, ingênuas, confiam na palavra.”

Mesmo chamado de “comunitário”, o MFS Comunitário trata-se de uma atividade com fins industriais, cada vez mais realizada por empresas e não por comunitários. Enquanto o seringueiro fica com algo que, pelos vários relatos, não ultrapassa os 60 reais por metro cúbico por família, uma madeireira em Xapuri conta que a venda da madeira serrada no porto de Santos, um dos principais do Brasil, é capaz de render até 2.500 dólares por metro cúbico.

Um morador de Porto Dias concorda com os “engenheiros” quando estes dizem que a madeira certificada pelo FSC resulta num valor extra, algo como R\$ 240/m³ de madeira, comparado com R\$ 120/m³ para um plano de manejo não certificado. Mas, ao mesmo tempo, ele denuncia que entrar na certificação aumenta os custos porque há despesas adicionais com consultorias e auditorias. Por isso, o ganho extra se reduz em função desses gastos adicionais, cobrados das famílias que participam do manejo. Outro morador de Porto Dias diz que a tentativa da associação, que tem o manejo certificado, de montar uma marcenaria para agregar valor à madeira certificada não deu certo. As camas que fizeram ficaram muito caras, comparadas com camas de madeira não certificada, e eles não conseguiram vendê-las no mercado local.

As dificuldades enfrentadas, mesmo com todos os subsídios do Estado, fortalecem a tendência da extração de madeira a ser cada vez mais feita por empresas. Um morador do PAE Porto Dias explica: “Você paga 1.000 reais para 2 motosserristas, mais 150 de gasolina, o caminhão cobra 100 reais. Além disso, muitas reuniões, você perde dia de serviço. No legal, você tira 700-800 reais de 12 metros cúbicos”. Outra tendência crescente em função dos problemas é a venda de “madeira em pé”. Mesmo rendendo menos por hectare, a seringueira/o, neste caso, não precisa fazer mais nada, só receber o valor combinado por hectare com a empresa madeireira.

O modo de vida e o futuro da floresta dos seringueiros colocados em cheque

Uma família da PAE Chico Mendes decidiu se retirar do MFS Comunitário. Um dos principais motivos foi a devastação da mata que presenciou dentro do seu território que costuma usar para a coleta de produtos não madeireiros. Durante a nossa visita, eles mostram um grande pátio aberto no meio da floresta, dentro da sua “colocação” – vários novos caminhos no meio da floresta foram abertos para que o chamado “skidder”, uma espécie de pequeno trator usado para arrastar as toras, chegasse a esse pátio onde as toras ficam estocadas até o transporte com caminhão para a serraria. A família conta que todos esses caminhos abertos contribuem para entupir estradas de seringa que costumam usar, fazendo crescer plantas daninhas.

Um morador do PAE Porto Dias conta que há três anos abandonou o MFS comunitário. Ele diz que “despertou”, entendendo que mexer com madeira foi uma forma de tirar a tradição dos seringueiros: “Ele [o seringueiro] tira borracha, sabe vender, tira castanha, sabe vender. Madeira não é coisa para seringueiro, é para engenheiro”.

Dercy Teles conta sobre o MFS comunitário: “Particpei da primeira discussão que fizeram de forma regional. Os seringueiros ficavam todos encolhidos,

encostados na parede morrendo de medo dessa história. Era uma estratégia tão bem montada que, apesar de não ser fácil, eles conseguiram convencer as pessoas. (..) eles apresentaram o Plano de Manejo didaticamente, minuciosamente, com todos os detalhes, com essa história de que a atividade não é ameaçadora, pois onde tem três árvores da mesma espécie – mãe, filha e neta – você tira a mãe, depois a filha e depois a neta, e neste ciclo, outras vão crescendo. Isso não procede – quem conhece a floresta sabe disso. Eu, conversando com um seringueiro de uma dessas famílias que eu acompanhava dentro da reserva e a gente falando sobre o manejo, ele me disse: 'Dercy, moro aqui há 24 anos, quando cheguei aqui aquele pé de jatobá já produzia frutos. Vai lá e vê quantos pés de jatobá novo tem em torno dele: zero'. Então não procede essa questão. Até porque o inventário é feito, por exemplo, se aqui eles fizeram três talhões de 10 hectares, ele faz o inventário de 1 hectare. A gente sabe que a floresta é assim, pode ser que aqui tenha duas ou três árvores da mesma espécie e no resto, nenhuma. Então, se tira aqui, compromete a espécie.”

Um morador de Porto Dias faz um alerta quanto ao risco de a quantidade extraída de madeira ser maior, aumentando ainda mais o impacto sobre a floresta; ele justifica esse risco dizendo: “Todo mundo sabe que madeira dá dinheiro”. Além disso, a tendência a vender a madeira “em pé” é outra que pode resultar em mais destruição. E ainda existe o risco de mais destruição pela falta de cuidado nos trabalhos de extração e transporte por trabalhadores terceirizados, às vezes pouco preparados e com frequência atuando em condições precárias, o que é confirmado em diversos relatórios de auditoria do FSC no estado. A presença de empresas e trabalhadores de fora nas comunidades também causa outros impactos.

Impactos da entrada de empresas madeireiras na vida das meninas e das mulheres

Outro aspecto preocupante é que quando comunidades entram no MFS Comunitário, também entram no seu território empresas, trabalhadores de fora, gerando impactos, sobretudo sobre as meninas e mulheres. As empresas entram não só para fazer trabalhos de inventário e de corte, mas também acabam interferindo na vida da comunidade. Segundo conta Dercy Teles:

“Sabemos que quem faz a exploração da madeira são as empresas contratadas para este fim. O seringueiro em si é apenas o guia. Quem faz o inventário da área são pessoas externas. Além dos danos colocados, ainda alteram a situação familiar porque, na maioria dos casos, arranjam casa para as mulheres da região e acabam com os casamentos. Tem casos de prostituição. Na comunidade Simintuba, a empresa que foi fazer o inventário alterou toda a vida da comunidade. O índice de prostituição aumentou – as meninas adolescentes se prostituíram a partir da chegada dessa empresa, o que levou em separação de um casal.”

Outro morador de Porto Dias afirma que seria melhor “largar a mata, a questão da madeira”, mas reclama que há pouco incentivo do governo para isso e, em geral, pouco apoio para propostas das comunidades. Dercy Teles afirma: “A RESEX [Reserva

Extrativista], este instrumento foi pensado para garantir o meio de vida do seringueiro, para garantir que pudesse ter a floresta e que o extrativista vivesse dela, e nela, de maneira legal, com direitos de uso do território concedido a ele e sua família. A questão é que o RESEX virou outra coisa pela falta de políticas públicas que favoreçam o extrativismo de base comunitária. (...) Com os pecuaristas avançando na reserva, os comunitários acabam cedendo à criação de gado, porque o boi é a única coisa que gera renda, dinheiro rápido para eles atender a nova demanda de consumo, com a chegada da rede de energia.”(12) Mas Dercy também disse: “Não sou obrigada a derrubar a floresta da minha colocação para criar gado e posso conciliar isso com outra atividade. Como eu concilio. Crio gado. Não sou pecuarista.” Vários comunitários confirmam que a falta de renda que vem da venda de madeira faz com que a pecuária – atividade que a extração de madeira pretendia parar – avance.

Considerações finais

Ricardo da Silveira Carvalho, em sua dissertação de mestrado sobre o manejo madeireiro em comunidades no Sudoeste da Amazônia, com um olhar para além da engenharia florestal (2009), resume que “o maior cuidado técnico-científico na exploração de madeira [com o MFS Comunitário], além de não garantir a conservação da estrutura da floresta (...), não se reverteu em ganho financeiro para essas comunidades (...). Comunidades que, aliás (...), nunca tinham sequer pensado esse tipo de exploração em suas florestas, tendo sido abordadas numa ação de convencimento, de difusão do manejo madeireiro” e que “a política de difusão do manejo madeireiro em comunidades no Acre não cumpriu nenhuma das suas promessas originais”.

Mas a prioridade do governo do Acre continua sendo o MFS, incentivando cada vez mais uma atividade da qual tiram proveito sobretudo empresas que fazem parte da cadeia de comercialização das madeiras tropicais no Acre, no Brasil e no mundo. No Acre, em 2010, mais de 960 mil hectares já tinham planos de manejo sustentáveis licitados pelo IMAC (Instituto do Meio Ambiente do Acre) em áreas públicas, privadas e comunitárias, das quais 30,3 mil hectares foram explorados em 2010. Isso resultou numa quantidade de madeira extraída de 756 mil m³ em tora, a maior parte extraída por empresas e grandes proprietários. Isso representa um volume 79% maior do que em 2009 e 150% maior em relação à quantidade de madeira em tora extraída anualmente na década anterior, (13) mostrando que a extração de madeira no Acre está em plena expansão.

Em consonância com o aumento do volume de madeira “certificada”, o governo do Acre destaca seus investimentos para a “inserção global, inteligente e humana no mundo” citando mais uma vez o governador do estado. Num dos seus materiais de propaganda, o governo do estado afirma que a construção da rodovia BR-317 abrirá “importantes oportunidades para o escoamento da produção do Norte e do Centro-Sul do Brasil para os portos do Pacífico” e que a continuação desta rodovia para o estado do Amazonas “possibilitará o transporte das mercadorias acreanas até o Porto de Manaus e daí para os mercados da

Venezuela e do Atlântico Norte”, visando a exportação. (14) Vemos então que, em vez da redução do consumo de madeira tropical, necessária por ser ele uma das principais causas diretas de desmatamento, criou-se um novo mercado de madeira “sustentável”. Ironicamente, é no Acre que falta madeira.

A falta de madeira no Acre

O aumento do volume de madeira “sustentável” para o mercado internacional contrasta fortemente com a falta de acesso à madeira para as pequenas serrarias e moveleiras na capital do Acre, Rio Branco. Essas empresas conseguiram em algum momento um acordo com intermediação do governo do Acre para que as grandes madeireiras lhes fornecessem madeira por um preço combinado, mas contam que isso não funcionou porque só recebiam toras pequenas e não as boas, grandes, que não ficam no Acre. Significa que o tipo de exploração “sustentável” que é feito acaba prejudicando o mercado local e favorecendo outro mercado, fora do Acre e do Brasil. Serrarias que se atrevam a comprar madeira de áreas sem a devida licença correm o risco de ser multadas pelos órgãos do Estado que não admitem a comercialização de madeira que não seja oriunda de áreas de MFS.

Sendo assim, a extração da madeira tropical “sustentável” e “certificada” hoje em dia é feita para que alguns poucos, nos centros urbanos do Brasil e em outros países, principalmente os mais industrializados dos países do Norte, tenham acesso a produtos exclusivos feitos com essa madeira nobre, à custa da grande maioria do povo das áreas de extração e seu entorno.

Encerramos, reafirmando que é preciso respeitar, valorizar e incentivar o modo de vida das comunidades seringueiras; elas têm uma vasta experiência em práticas que dominam, as quais não acabam com a floresta e nas quais que gastam relativamente pouco como a coleta de látex, castanha e açaí. Como afirma Dercy Teles: “Em primeiro lugar, acreditamos que, se é para garantir a preservação da natureza, tinha que valorizar os produtos que são secularmente provados que são sustentáveis, como é o extrativismo. (..) Seringueiro é o extrator. Extraí látex. Para a gente, o significado disso é de bem-estar, porque você tem uma vida extremamente sossegada, em harmonia com a natureza. É muito bom viver na floresta.” Ou citando o próprio Chico Mendes:

“Aprendemos com os índios e com a floresta uma maneira de criarmos os nossos filhos. Atendemos a todas as nossas necessidades básicas e já criamos uma cultura própria, que nos aproxima muito mais da tradição indígena do que da tradição dos ‘civilizados’. (..) juntos (índios, seringueiros, ribeirinhos, etc.), nós podemos proteger a natureza (..).”(15)

Winnie Overbeek, winnie@wrm.org.uy, WRM,

(1) <http://www.mma.gov.br/port/sca/ppg7/capa/>

- (2) Em Paula, Elder Andrade de (2012), “A dupla face da destruição das florestas tropicais” (http://www.wrm.org.uy/oldsite/paises/Brasil/A_dupla_face_da_destruicao_das_florestas_tropicais.pdf).
- (3) www.florestal.gov.br.
- (4) br.fsc.org; “FSC certification Project for community management and concessions’ stakeholders”.
- (5) Acre+20 – Uma Terra de Sonhos, um Mundo de Oportunidades, 2012 – revista .
- (6) Op. cit Nota (2).
- (7) <http://br.fsc.org/newsroom.261.4.htm>.
- (8) Carvalho, Ricardo da Silveira: “Desenvolvimento, sustentabilidade e manejo madeireiro em comunidades no sudoeste da Amazônia: um olhar para além da engenharia florestal”. Dissertação de mestrado, universidade de Lavras, 2009.
- (9) http://intranet.gvces.com.br/cms/arquivos/caminhos_para_a_mudanca.pdf.
- (10) http://cooperfloresta.com/home/index.php?option=com_content&view=article&id=63&Itemid=57.
- (11) <http://www.wrm.org.uy/oldsite/boletim/172/opiniao.html#7%20e>.
- (12) Revista Contracorrente, entrevista com Dercy Teles Cunha Carvalho, vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Acre, “O extrativismo morreu”, 2013 (<http://issuu.com/guilhermeresende/docs/contracorrente5>).
- (13) Op. cit Nota 2
- (14) Op. cit Nota 5
- (15) Op. cit Nota 8

[Leia este artigo online](#) | [Índice](#)

Dercy Teles sobre a mobilização popular das seringueiras e seringueiros no Brasil

[Do Boletim 231 do WRM, junho 2017](#)

Dercy Teles, a primeira presidenta de um Sindicato de Trabalhadores Rurais do Brasil na Xapuri, Acre, compartilha seus pensamentos sobre a rica história de mobilização popular das seringueiras e seringueiros, as dificuldades, aprendizagens e desafios.

Dercy Teles de Carvalho foi a primeira presidenta de um Sindicato de Trabalhadores Rurais do Brasil na pequena cidade de Xapuri, Acre, em 1981. Xapuri ficou conhecido nacional e internacionalmente pelo sucessor da Dercy na direção do sindicato: o Chico Mendes. Conversamos com Dercy durante o recente encontro “Os efeitos das Políticas ambientais-climáticas para as populações tradicionais: manejo florestal, REDD, PSA” (1), sobre a rica história de mobilização popular dos seringueiros, as dificuldades, aprendizagens e desafios.

Dercy é filha de uma família tradicional seringueira. O pai dela, como a maioria dos seringueiros, veio do Nordeste do Brasil, em busca de uma vida melhor. O pai do Dercy ensinou ela a ler e com ele ela aprendeu os exercícios básicos da matemática. Dercy iniciou sua militância durante a ditadura militar nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Inspirada na teologia de libertação, foi nas CEBs que ela começou a refletir sobre e incidir na realidade dos povos. Depois, se virou uma das professoras de educação popular. Atuavam a nível da comunidade e gratuitamente. Inspirados no método de Paulo Freire (2) elaboraram materiais didáticos específicos para a realidade dos seringueiros, usando a linguagem da comunidade. Conta que era muito divertido este trabalho, mesmo que para chegar nos locais de aula, as vezes tinham que percorrer 12 horas a pé.

Quando começou a entrar a pecuária no Acre, a partir da década de 1970, surge o conflito entre o povo seringueiro e os pecuaristas, grandes fazendeiros. Foi nessa época que o povo seringueiro, que dependia da floresta, começou, com sucesso, a usar a tática de luta do “empate”: uma ação coletiva, um grande mutirão, para sensibilizar os peões que dirigiam os tratores que destruíram a floresta.

Em 1981 Dercy foi eleita presidenta do Sindicato de Trabalhadores Rurais, eleita por mais de 900 delegadas e delegados. Naquela época, as lideranças sindicais não eram remunerados. Tinha os parceiros para ajudar nos deslocamentos e encontros. Construíram também nessa época o Partido dos Trabalhadores (PT), há mais de 20 anos no poder no Acre.

Pergunta: Quais foram os principais aprendizados da luta dos seringueiros para você?

Dercy: Neste processo de luta que foi desenvolvido em Xapuri a partir dos anos 1970, a gente construiu muitos instrumentos que fortaleceu a luta, possibilitando ao município de Xapuri ser reconhecido nacional- e internacionalmente a

partir do movimento sindical com a participação do Chico Mendes, etc. Fomos percebendo que o sindicato de trabalhadores rurais não conseguiu abranger essa realidade específica do povo seringueiro. Criamos organizações específicas o Centro de Trabalhadores da Amazônia, que trabalhou questões como a saúde e a comercialização. Em 1985, organizamos na Universidade de Brasília o primeiro encontro nacional de seringueiros do Brasil e criamos o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) com o apoio de vários parceiros. A partir disso começamos a idealizar a RESEX (Reserva Extrativista) que era uma espécie de reforma agrária, mas diferente, atendendo à especificidade do extrativista. Foi eleita uma direção do CNS e começamos a pensar áreas de atuação no intuito do extrativista poder viver seu modo de vida. Depois de tudo isso desandou porque a gente não vigiou, não controlou o processo de luta, a gente acabou entregando, fez toda uma construção, entregou para pessoas estranhas das organizações e do governo que depois utilizaram de uma forma completamente em desacordo com aquilo que a gente sonhava. O governo do PT cooptou tudo mundo e se transformou no pior dos inimigos enquanto afirma que está tudo maravilhoso com o “desenvolvimento sustentável”. Hoje vemos uma destruição dos movimentos pelas intervenções do governo. Apesar dos professores hoje serem contratados, as escolas libertadores de antes, com o PT, se transformaram em escolas tradicionais, escolas que preparam as pessoas para cidade e não para se manter na floresta. Há uma grande dificuldade de mobilizar as pessoas. A incredibilidade é muito grande. As pessoas só vão para reunião se é para ganhar alguma coisa. Se é para aprender alguma coisa não vão. O Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, hoje é um sindicato onde as lideranças são assalariados, distanciando elas das suas bases. A eleição recente da direção do sindicato de Xapuri resultou em que hoje se transformou no sindicato das empresas madeireiras. (3)

Então o que eu digo hoje principalmente para a juventude, para as pessoas que estão construindo um processo de luta, de defesa dos seus direitos, dos seus territórios é que a gente tem que confiar, mas tem que vigiar. E ao indicar um cidadão para assumir qualquer posto, representando a comunidade, ele tem que realmente representar aquilo que a comunidade deseja, ele não pode falar pela comunidade sem antes ter passado por uma discussão com a própria comunidade, porque ao contrário ele está fazendo uma representação ilegítima e não representando os anseios da comunidade. Isso é muito importante. Porque foi isso que nos fez perder muito do que nos construímos, de deixar por conta de pessoas que eram da nossa confiança mas na verdade não correspondeu com a confiança que lhes foi depositada.

Pergunta: O que significa para vocês uma reserva extrativista (RESEX), não na forma como ela acabou se tornando, mas da forma como vocês a idealizaram? O que era para vocês o principal dessa ideia?

Dercy: A ideia principal da reserva extrativista era institucionalizar um modelo de reforma agrária que atendesse as especificidades da cultura e da população tradicional. Que não fosse um loteamento haja vista que o loteamento não atende às

especificidades da cultura e da população tradicional. Então a reserva foi projetada com esse sentido, de promover uma reforma agrária adequada à realidade da população seringueira na época que ela ainda era bem significativa.

Pergunta: E qual era a visão de vocês sobre as decisões o que fazer dentro da RESEX, a quem caberia essas decisões?

Dercy: o projeto original da reserva extrativista tinha em seu conteúdo como ponto principal que a reserva seria administrada pelos próprios moradores. É tanto que foi elaborado um plano de utilização com a participação dos moradores aonde eles determinaram ponto a ponto do que podia e que não podia acontecer dentro da reserva. E eles seriam os principais responsáveis.

Pergunta: E em que se transformou este RESEX hoje?

Dercy: Olha, com a intervenção do governo, de agentes estranhos à reserva, de agentes externas, dentro da Reserva todo este projeto original ele foi distorcido. Então o plano de utilização da reserva foi modificada gradativamente nos gabinetes em Brasília [capital do Brasil, sede do governo federal], com a participação destes que se dizem representantes da comunidade, mas realmente não representa nada porque hoje são funcionários do governo, estão a servir o governo e não a comunidade. Então todo este plano de utilização ele foi desmoronado e hoje existe um plano que atende aos interesses do governo e não dos trabalhadores. E morar hoje na Reserva se tornou uma situação de penúria porque as pessoas vivem sobressaltada, vivem sendo criminalizadas com multas exorbitantes por fazer suas roçadas de subsistência para receber R\$ 100 da “bolsa floresta” (4), e não tem para quem apelar, porque o Instituto Chico Mendes que é o gestor da Reserva só entra na Reserva para punir-los, multar-los e criminalizar-los e ameaçar-los. Não tem um processo de educação para que as pessoas possam viver harmoniosamente com a natureza e o governo não oferece condições para que se possa sobreviver do extrativismo sem agredir a natureza porque está provada secularmente que uma das atividades que é harmonioso com a natureza é o extrativismo da seringa e da castanha. A castanha nem em todas as colocações existe e o extrativismo da seringa está falida porque não existe mercado para absorver. Isso tudo leva a um processo de expulsão suave: as pessoas vão sair espontaneamente.

Pergunta: Além de tudo isso que você já falou, que mais você diria para outras lutas, para jovens ativistas que se inspiram nesta luta aqui, em Xapuri e como resgatar o que foi perdido?

Dercy: É necessário ser fermento na massa, sempre. Em relação a aprendizagem, a mensagem que eu transmito para os jovens é o seguinte: que a gente tem que aprender fazendo, e fazer aprendendo, porque só assim a gente valoriza nosso meio, a nossa cultura e o nosso território. Este encontro que estamos aqui tem o objetivo de unir indígenas e não-indígenas que vivem na floresta. Sem a floresta, a gente não vive. A única coisa que resta na cidade é o trafico de drogas. Vamos

esquecer nossas diferenças, e não será para nos, já foram 40 anos de luta, e hoje tenho o prazer de incentivar a luta. Nosso inimigo principal é o capitalismo. Só não combatemos ele porque estamos desunidos.

- Veja várias entrevistas realizadas durante esse encontro, incluindo uma com Dercy Teles: http://encontrodexapuri.blogspot.nl/2017/06/blog-post_7.html

- Educador brasileiro, destacou-se por sua contribuição na área de educação popular

- Veja artigo de denúncias da população da RESEX Chico Mendes em Xapuri sobre o chamado “manejo florestal comunitário”, em <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/brasil-vozes-de-comunidades-no-acre-alertam-sobre-as-violacoes-envolvidas-no-manejo-florestal-sustentavel-comunitario/>

Recurso de R\$ 100 por mês repassado pelo Estado a famílias que vivem nas florestas sob a condição de não mais tocar na florestas, por exemplo não mais pôr fogo para fazer roça.

[Leia este artigo online](#) | [Índice](#)

A menção ao REDD+ no Acordo de Paris garante a continuação do financiamento para a indústria de conservação, enquanto o desmatamento em grande escala avança sem encontrar obstáculos

[Do Boletim 228 do WRM, janeiro de 2017](#)

Os dirigentes do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Verde para o Clima ou dos governos da Noruega e da Alemanha, além de outros financiadores, continuam ignorando as evidências cada vez maiores de que continuar financiando o REDD+ é contraproducente para reduzir a perda de florestas e combater as causas das mudanças climáticas, e que o mecanismo, acima de tudo, permite que os atores da indústria de desenvolvimento e conservação continuem tendo acesso a recursos financeiros.

Grupos da “indústria da conservação” – como The Nature Conservancy, WWF, Conservation International, consultores e auditores de projetos de REDD+, além de financiadores como o Banco Mundial, celebraram o reconhecimento formal do REDD+ no Acordo de Paris sobre Mudanças Climáticas, em dezembro de 2015. Há quase uma década, eles fazem lobby pela inclusão do REDD+ nos mercados globais de carbono estabelecidos pelo Protocolo de Quioto, da ONU. No entanto, para as comunidades afetadas por projetos e programas de REDD+, as notícias não têm dado motivos para comemoração. Diante do assédio, da insegurança em relação à posse e das restrições ao uso tradicional da floresta, os povos da floresta e usuários tradicionais foram os mais atingidos pelo experimento do REDD+, no qual a indústria da conservação embolsou centenas de milhões de dólares, se não bilhões, pela promessa não cumprida de transformar o REDD+ em uma ferramenta eficiente de conservação florestal que conteria o desmatamento.

Na realidade, o REDD+ não visa proteger florestas nem reduzir o desmatamento, e sim permitir que grandes empresas e países industrializados continuem queimando carbono fóssil. O REDD+ escolhe falsamente a pequena agricultura e o cultivo itinerante como causa principal da destruição das florestas tropicais. Talvez não seja surpresa que dez anos de experimentos da indústria de conservação com o REDD+ tenham resultado em aumento da perda de florestas em várias áreas onde esses projetos foram implementados – o programa REDD-Early Movers no estado brasileiro do Acre, o projeto de REDD+ Mai N’dombe, na República Democrática do Congo, para citar apenas alguns (1). Pior do que isso, a implementação concreta do REDD+ resultou em graves restrições ao uso tradicional da terra por parte dos povos da floresta, enquanto a grande pecuária, a mineração, as usinas hidrelétricas e o desenvolvimento de infraestruturas continuam inabaláveis, destruindo grandes extensões de florestas tropicais. Assim, o REDD+ se revelou uma ferramenta equivocada para enfrentar os fatores de destruição em grande escala. (2)

No entanto, apesar do triste histórico do REDD+ nos últimos dez anos, investidores em empresas e instituições e seus parceiros da indústria da conservação

continuam anunciando novas iniciativas desse tipo. Por exemplo, o Banco Europeu de Investimento, a Conservation International e um fundo de investimento chamado “Althelia Climate Fund” receberam um total de 53,5 milhões de dólares (investimento de 35 milhões e 18,5 milhões em doações) do Fundo Verde para o Clima (3) para um programa de REDD+ em Madagascar. A Noruega, empresas do setor global de alimentos (responsáveis por desmatamento e emissões de gases de efeito estufa) e o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) do Banco Mundial anunciaram um novo “fundo com foco na floresta tropical e na agricultura” no Fórum Econômico Mundial de 2017, realizado no luxuoso resort de esqui suíço em Davos. Diz-se que o novo fundo usa uma “abordagem jurisdicional” (veja abaixo), e Brasil e Indonésia são mencionados como os primeiros países onde os projetos devem ocorrer. Entre as empresas globais de alimentos que estariam interessadas em apoiar o fundo estão Carrefour, Mars, Nestlé e Unilever – esta última anunciou um investimento de 25 milhões de dólares no fundo, em um período de cinco anos.

Mas será que essas corporações globais de alimentos realmente querem que nós acreditemos que elas se preocupam com as florestas e os direitos dos povos da floresta? A motivação que parece mais plausível é a de proteger quotas de mercado – e, portanto, margens de lucro – nos países industrializados e centros urbanos onde os consumidores exigem cada vez mais produtos “sem desmatamento”. Isso também explicaria por que essas corporações não estão apresentando iniciativas para reduzir o controle empresarial sobre o sistema alimentar internacional e fortalecer os modelos agrícolas que usam menos carbono. Esperar essas medidas de empresas globais de alimentos seria como esperar que as empresas de combustíveis fósseis pressionassem a ONU para adotar um acordo climático forte, que apontasse claramente para o fim da queima de carbono fóssil em um futuro próximo.

Por que governos como os da Noruega e da Alemanha, o Banco Europeu de Investimento (BEI) e empresas como a Unilever continuam investindo dinheiro no REDD+, apesar de a iniciativa ter “ficado aquém do esperado”? (4) Um artigo acadêmico recente fornece algumas explicações. “Prometendo Mudança, entregando continuidade: o REDD+ como uma moda da conservação” explica que o REDD+ serve para ajudar a indústria de conservação e desenvolvimento a “gerar valor e se apropriar de recursos financeiros”. (5) Uma moda é uma “forma de comportamento coletivo que se desenvolve dentro de uma cultura, uma geração ou grupo social, e cujo impulso é seguido com entusiasmo por um grupo de pessoas durante um período finito de tempo”. E geralmente, pouco importa se a moda é eficaz ou adequada para resolver o problema real.

O artigo observa que um estudo recente sobre “23 das 300 iniciativas subnacionais mostrou que apenas quatro conseguiram realmente vender créditos de carbono, e concluiu que o financiamento é um desafio fundamental na sustentação das iniciativas”. O artigo também menciona “desafios” técnicos e explica que “a comercialização de créditos de carbono nos sistemas dos padrões voluntários de carbono envolve procedimentos e requisitos técnicos complexos”.

Os autores explicam que, embora a linguagem e os argumentos mudem quando a indústria da conservação aparece com uma nova proposta para salvar

florestas, o “REDD+ implica mudanças em nível discursivo”. Uma dessas mudanças recentes na discussão sobre o REDD+ é o termo “REDD+ jurisdicional”, que significa que os governos e os bancos de desenvolvimento estão se afastando do financiamento de projetos específicos e, em vez disso, visam colocar as atividades de REDD+ em nível de província, estado e, em última instância, país. O programa REDD Early Movers, do governo alemão, é um exemplo de programa de REDD+ “jurisdicional”, onde aquele governo paga ao governo do Acre se o estado puder provar que o desmatamento não excedeu um máximo acordado de perda florestal. O novo fundo das florestas tropicais mencionado acima, que foi anunciado pela Noruega e outros em Davos, também declarou que se concentraria em projetos “jurisdicionais”.

Apesar dessas mudanças de terminologia, os autores de “Prometendo mudança, entregando continuidade” dizem que, em termos práticos, o REDD+, assim como outras “modas de conservação” anteriores, significa, acima de tudo, “a continuidade e a repetição das promessas iniciais e expectativas que levam a muito financiamento por parte de doadores, atividades de projetos-piloto e processos de desenvolvimento e implementação de políticas”. Os autores também afirmam que as promessas e as expectativas do REDD+ “pouco mudaram o manejo e o uso efetivos e concretos da floresta fora dos projetos-piloto selecionados, mas sustentaram os meios de vida dos atores da indústria de desenvolvimento e conservação, incluindo acadêmicos”.

É lamentável que os dirigentes do Banco Europeu de Investimento, do Fundo Verde para o Clima ou dos governos da Noruega e da Alemanha continuem ignorando as evidências cada vez maiores de que, o REDD+ é contraproducente para reduzir a perda florestal e combater as causas principais das mudanças climáticas. Essas evidências não mudarão apenas porque o lobby da conservação conseguiu fazer com que o REDD+ seja mencionado no Acordo de Paris da ONU nem se bancos e governos continuarem investindo mais dinheiro em novas iniciativas regionais “jurisdicionais” de REDD+.

O artigo sobre “Mudança promissora” conclui que o REDD+ é, sobretudo, “uma mercadoria discursiva cuidadosamente promovida de maneiras específicas que permitem que os atores da indústria de desenvolvimento e conservação tenham acesso a recursos financeiros”. Como ainda há muitos que buscam o REDD+ na esperança de enfrentar as mudanças climáticas globais e proteger as florestas e os direitos dos povos da floresta, os autores pedem que os usos do financiamento alocado ao REDD+ sejam questionados. Acrescentando-se a isso as graves restrições, a criminalização e a insegurança em relação à posse para povos e usuários tradicionais da floresta que são afetados onde se implementam projetos de REDD+ (2), é hora de substituir a experiência do REDD+ por apoio às lutas e iniciativas dos povos e usuários tradicionais da floresta que a tem protegido por gerações. Vários estudos já demonstraram que, onde os territórios dos povos indígenas são reconhecidos e demarcados e onde os direitos das comunidades tradicionais da floresta são respeitados, os índices de desmatamento são menores do que nas áreas ao redor, que não estão sob controle de povos indígenas ou comunidades tradicionais. (6)

(1) Veja, entre outros, Deforestation is increasing in the Mai N’dombe REDD project area. And the project still sells carbon credits, em: <http://www.redd-monitor.org/2016/02/18/deforestation-is-increasing-in-the-mai-ndombe-redd-project-area-and-the-project-still-sells-carbon-credits/>; The virtual economy of REDD: Conflicts of interest, hot air, and dodgy baselines, em: <http://www.redd-monitor.org/2016/06/02/the-virtual-economy-of-redd-conflicts-of-interest-hot-air-and-dodgy-baselines/>

(2) Para exemplos, veja REDD Collection of Conflicts e relatórios no site www.redd-monitor.org.

(3) Veja informações do Fundo Verde sobre o Clima sobre a aprovação das verbas aqui: <http://www.greenclimate.fund/-/sustainable-landscapes-in-eastern-madagascar>

(4) Veja, também, o amplo estudo “REDD+ on the ground: A case book of subnational initiatives across the globe”, do CIFOR, publicado em 2014.

(5) Promising Change, Delivering Continuity: REDD+ as Conservation Fad. Artigo de Jens Friis Lund et al., publicado na revista World Development (2016).

(6) Veja o gráfico “Indigenous groups are good forest stewards”, p. 17, em Fern et al. Relatório “Going Negative”. <http://www.fern.org/sites/fern.org/files/Going%20negative%20version%202.pdf>

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

REDD e direitos: o bom, o mau e o feio

Do Boletim 234 do WRM, novembro de 2017

A proposta de incluir as florestas nas negociações climáticas da ONU completará 10 anos. No quadro do avanço do mecanismo REDD+, a questão relativa aos direitos humanos, dos povos indígenas, das mulheres, das comunidades locais, entre outros, tem sido um ir e vir de atores, roteiros, cenários, elencos, comédias, mas, acima de tudo, têm prevalecido os efeitos especiais e a arte da maquiagem.

“O fundamento do pensamento crítico, então, está na desconformidade com o estado de coisas existente e na busca de alternativas, a partir das caracterizações da situação atual, cujas causas podem obviamente ser buscadas no passado” (1)
in memoriam Hector Alimonda

A proposta de incluir as florestas nas negociações climáticas da ONU completará 10 anos. Desde 2007, quando foi realizada a conferência climática em Bali, na Indonésia, no âmbito do avanço do mecanismo de REDD+ (2), a questão relativa aos direitos humanos, dos povos indígenas, das mulheres, das comunidades locais, entre outros, tem sido um ir e vir de atores, roteiros, cenários, elencos, comédias, mas, acima de tudo, têm prevalecido os efeitos especiais e a arte da maquiagem.

O Bom

Deve-se reconhecer que, durante esses anos, o fato de se ter abordado a questão dos direitos dos povos diante de um problema tão grave quanto a mudança climática já é algo bom. Aqueles de nós que erguemos nossas vozes durante vinte anos, clamando por soluções verdadeiras para o aquecimento global – como deixar hidrocarbonetos fósseis no subsolo – sempre apelamos aos direitos dos povos que vivem onde esses combustíveis são extraídos, aos direitos das comunidades onde foram aplicados projetos dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) ou outros mecanismos de compensação de carbono, como também aos direitos da natureza.

Assim, uma vez que o mecanismo do REDD+ começou a ser discutido nas negociações sobre o clima, muitas organizações, principalmente em nível internacional, pressionaram pela inclusão da expressão “direitos dos povos indígenas”. Essa pressão acabou sendo direcionada, em dezembro de 2008, à proposta “Sem Direitos, sem REDD+”. Sem dúvida, porém, essas exigências tomaram outro rumo nos anos seguintes.

Um exemplo é o do direito ao território, que é um direito coletivo reivindicado há décadas, principalmente o da titulação de terras e territórios. Embora este último seja alheio às práticas consuetudinárias de demarcar e organizar os territórios de

comunidades, foi necessário reivindicá-lo diante da investida dos Estados. Nesse contexto, o mecanismo do REDD+ e os programas de REDD+ em nível nacional estão claramente distorcendo esse direito essencial dos povos, uma vez que, para que o negócio do carbono funcione, deve se dar um uso privado à propriedade coletiva, já que a transação de créditos de carbono tem que deixar claro quem é dono de quê, em que quantidade e, nesse caso, onde e em que extensão. Os compradores terão um título de propriedade sobre o carbono que é encontrado em uma determinada – delimitada e titulada – quantidade de terras cobertas por florestas. Seguir desse modo, a titulação da terra é promovida e usada pelos mercadores de carbono para oferecer aos compradores uma garantia de propriedade do carbono contido na área.

Portanto, o lado bom do fato de os direitos humanos e dos povos fazerem parte da base de qualquer medida contra a mudança climática foi corrompido.

O Mau

Aqueles que dominaram as negociações sobre o clima, desde atores empresariais e financeiros até ONGs de conservação e representantes governamentais hegemônicos, compreendem e assumem a questão dos direitos de uma maneira totalmente diferente dos povos indígenas e outras comunidades locais. Os direitos humanos e da natureza têm sido submetidos ao capital e a supostos direitos empresariais e financeiros. Os espaços de lobby e negociação empresarial que cooptam as cúpulas das mudanças climáticas garantiram que os interesses corporativos prevalecessem sobre o senso do comum, seguindo um roteiro em que eles são super-heróis salvadores do planeta. Assim se estabelece um claro conflito, porque o dinheiro, como capital, tornou-se sujeito de direitos, acima do humano e de todas as formas de vida.

O Acordo de Paris, assinado nas negociações climáticas de 2016, na COP21, apresenta uma nova cenografia, mas com os mesmos protagonistas. Entre outras desvantagens, ratifica (no Art. 5) a inclusão das florestas “para conservar e fortalecer, segundo a necessidade, os sumidouros e reservatórios de gases de efeito estufa”. Isso irá aprofundar a perda de direitos dos povos em nível local e, com a possibilidade de se compensarem as emissões através de projetos de REDD+, continuará aumentando a extração e a queima de petróleo, gás e carvão, aprofundando o problema das mudanças climáticas. O Acordo de Paris, ao estilo da Comédie-Française, com a sua trupe permanente de atores, perpetua a distribuição de quotas de poluição e a possibilidade de fazer negócios globais entre quem mais polui, não só com empresas, mas também entre Estados.

Com o Acordo de Paris, a lógica de entrega de florestas para compensar a poluição se estabelece em caráter planetário. Embora inclua plantações florestais, agricultura e solos, ou seja, qualquer vegetação ou terra que possa conter carbono, o REDD+ volta seu olhar principalmente sobre florestas da África, da Ásia e da América Latina, localizadas principalmente em sistemas de propriedade coletiva dos povos indígenas e que são, por esse motivo, as mais bem cuidadas e mais extensas.

O REDD+ transforma os povos indígenas e a natureza em provedores

permanentes de serviços ambientais ou ecossistêmicos, razão pela qual também se pode afirmar que o REDD+ não só contribui para mais perda dos direitos dos povos e agrava a mudança climática, mas também viola os direitos da natureza, submetendo-a – como faz com os povos – a processos de escravidão, servidão e apropriação de suas criações, ao converter os ciclos biológicos, as funções, a recriação da vida e os ciclos reprodutivos em trabalho e mercadorias que podem ser comprados e vendidos.

O Feio

Entre os objetivos dos promotores do REDD+ está o de tentar diminuir as resistências à implementação de projetos em territórios indígenas, principalmente, e o de convencer as organizações para que o mecanismo de REDD+ seja bem visto e aceito.

Assim sendo, como um efeito especial cinematográfico, os direitos humanos e dos povos foram desaparecendo ou sofrendo metamorfoses nas negociações climáticas. Os direitos se transformaram em padrões; os direitos das mulheres foram transformados em cautelas voluntárias; outros direitos se converteram em “participação e envolvimento em relatórios e monitoramento”; direitos coletivos e territoriais tornaram-se “governança florestal”; a proteção e a obrigatoriedade dos direitos passaram a ser apenas promoção ou algo que “será levado em consideração”; os direitos se transformaram em “estabelecimento de modelos operacionais para cumprir os salvo-condutos e consolidar os benefícios mútuos, isto é, benefícios não relacionados ao carbono”, conforme indicado pela iniciativa REDD+ Indígena, que a Coordenadora de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) sustenta em nível internacional (3)

Em suma, a inclusão dos direitos humanos no REDD+ não é mais do que uma maquiagem para torná-lo bonito, conter a rebelião dos povos e esconder a verdade por trás desses projetos.

Em vista disso, deve-se proteger o direito dos povos à resistência, a dizer NÃO a projetos de compensação de carbono, a não serem expropriados, a não verem restritos o acesso aos seus territórios e seu uso tradicional ou a não serem usados para que empresas de petróleo ou mineração possam violar os direitos de outra comunidade em algum outro lugar do planeta. As organizações e as comunidades indígenas se veem manipuladas pelo mercado internacional para que a máquina continue funcionando.

Epílogo

Para terminar, devemos definir melhor a que nos referimos quando dizemos direitos.

Mesmo sabendo que são inerentes a sujeitos – humanos e não humanos – os direitos não são estáticos. Os direitos são um processo: histórico, político, social e natural. Eles são uma questão de dignidade e estão surgindo como reação à opressão, à discriminação e à perda de meios de vida e subsistência. Eles são um

ideal a conquistar, e não são concedidos pela ONU, nem muito menos pelo Banco Mundial ou pelas transnacionais da conservação.

O REDD+ pressupõe que os direitos sejam uma realidade já conquistada, concedida pelos operadores desse tipo de projeto, e os distorce quando os considera uma questão de governança, burocracia ou engenharia institucional. Também perverte os direitos porque os “universaliza” dentro de um quadro de modernidade ocidental capitalista; hoje em dia, os direitos, por circunstâncias históricas e políticas, estão imbuídos de pluriversalidade cultural e natural.

Quando se inclui o conceito de direitos nas negociações climáticas, como no binômio REDD-direitos, prioriza-se o benefício ao mercado livre ao mesmo tempo em que se anulam os contextos culturais e políticos dos povos de onde esse tipo de programas e projetos é desenvolvido.

A proposta de incluir direitos no REDD+ deveria ter exigido o direito à prática real de direitos coletivos que sejam alimentados, segundo a visão do mexicano Enrique Leff, pelos “direitos do ser cultural à construção de diversos mundos de vida”, pelos “direitos de reinventar suas identidades culturais” ou pelos “direitos de reconstruir mundos de vida e projetar futuros possíveis”. (4) O REDD+ impede claramente o exercício desses direitos.

Ivonne Yáñez, ivonney [at] accionecologica.org
Acción Ecológica

(1) CLACSO. Pensamientos críticos contemporáneos: análisis desde Latinoamérica. Piedrahita C., Díaz A., Vommaro P. (comp.). Bogotá, 2015.

(2) “Por ejemplo REDD+ aspira a cubrir 4.000 millones de hectáreas, es decir el 31 por ciento de la superficie de la tierra (no marina)”. Tribunal por los Derechos de la Naturaleza. Apresentação REDD+ COMO UN CASO DE VIOLACIÓN DE LOS DERECHOS DE LA NATURALEZA. Lima, 2014.

(3) CBC-GIZ. REDD+ INDÍGENA EN EL PERÚ: Perspectivas, avances, negociaciones y desafíos desde la mirada de los actores involucrado. Pinto, V. Molero, M. (Eds). Lima, fevereiro de 2014.

(4) Leff, Enrique. “Las relaciones de poder del conocimiento en el campo de la ecología política: una mirada desde el sur”. In: ECOLOGÍA POLÍTICA LATINOAMERICANA. VOLUMEN I. Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica. CLACSO. Héctor Alimonda et al. (Eds). Buenos Aires 2017.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias

[Do Boletim 237 de WRM, abril de 2018](#)

Uma comunidade de seringueiros, dentro de um projeto de REDD+ de 40 mil hectares, enfrenta uma difícil luta pelo direito à terra. O projeto já vendeu créditos de carbono e, até agora, somente forneceu à comunidade kits de higiene bucal e uma visita ao dentista.

O Projeto Envira Amazônia é um dos três empreendimentos de compensação de carbono florestal (REDD+) que a empresa estadunidense CarbonCo LLC está desenvolvendo no estado brasileiro do Acre. O projeto abrange quase 40.000 hectares de floresta amazônica e faz parte de uma enorme área de 200.000 hectares, dos quais a empresa JR Agropecuária e Empreendimentos EIRELI alega ser proprietária. Porém, essa propriedade é contestada. Famílias de seringueiros vivem naquelas terras há gerações, mas a maioria não conseguiu obter documentos legais que confirmem seus direitos fundiários. O projeto de REDD+ ameaça o futuro da comunidade porque impõe restrições ao futuro uso da terra e impede que as famílias voltem a usar terras agrícolas da comunidade não utilizadas na última década.

O principal dono da empresa brasileira envolvida no projeto de REDD+ Envira Amazônia é Duarte José do Couto Neto. Do Couto Neto está ligado a vários empreendimentos (1) e foi candidato pelo partido de extrema-direita Prona, no Acre, nos anos 1990. Ainda em setembro de 2017, manifestou apoio ao atual candidato da extrema-direita à presidência do Brasil e também à ditadura militar, afirmando sentir “saudades e muita do regime militar” (sic). (2)

Como na maior parte da Amazônia brasileira, a situação fundiária dentro da área do projeto é complicada e alvo de disputa, mas essa realidade é ignorada nos documentos do próprio projeto: a alegação de propriedade de inacreditáveis 200.000 hectares é aceita como verdade, e não se menciona qualquer disputa sobre a terra. Os consultores que deram o selo de certificação Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) também não questionaram como uma pessoa – neste caso, Duarte José do Couto Neto – conseguiu adquirir legalmente uma extensão tão vasta de terras relativamente próxima à fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru. Os seringueiros vêm usando essa área há gerações e portanto têm direitos legais sobre a terra que ocupam, embora muito poucas famílias possuam títulos de propriedade. Cerca de dez famílias de seringueiros que se tornaram agricultores possuem título de suas terras dentro dos quase 40.000 hectares que compõem o projeto de REDD+ Envira Amazônia. Além disso, cerca de 40 famílias vivem dentro da área circundante, mas fora dessa área de 40.000 ha do projeto REDD+. De acordo com seus documentos, o projeto de REDD+ afirma proteger todos os 200.000 hectares e sugere que essas comunidades situadas fora da área do projeto também são beneficiadas, mas não explica por que ou como elas seriam envolvidas ou afetadas.

Em 2015, o projeto de REDD+ Envira Amazônia foi certificado segundo o padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) pelo parceiro brasileiro da Rainforest Alliance, a Imaflora. As avaliações para outra certificação chamada Verified Carbon Standard (VCS – atualmente chamada Verra) foram realizadas pela Environmental Services Inc. (3). As certificadoras emitiram o primeiro lote de créditos de carbono do projeto em 2016, e um segundo lote em novembro de 2017. (4) O banco de dados do VCS mostra que, em 2016/2017, foram vendidos pelo menos 750.000 créditos de carbono do projeto de REDD+ Envira Amazônia. (5)

A comunidade não sabe que o projeto já está vendendo créditos de carbono

Quando o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) visitou famílias que moram dentro dos quase 40.000 hectares do local do projeto de REDD+ Envira Amazônia, em março de 2018, os membros da comunidade não sabiam que o projeto já havia sido “aprovado” e que já estava vendendo créditos de carbono. Os moradores explicaram que uma grande quantidade de estrangeiros havia visitado a área nos anos anteriores, mas poucos conversaram com eles e muitos pareciam não falar português. Eles haviam realizado estudos e uma pessoa visitava cada família individualmente para convencê-los a apoiar o projeto de carbono.

A maioria das famílias havia assinado um formulário sugerindo apoio ao projeto ou tinha sido fotografada ao receber um kit dental. Esse kit continha um pequeno tubo de pasta de dentes e uma escova e, juntamente com a oferta de uma consulta gratuita a um dentista, é o único benefício tangível que os membros da comunidade receberam até o momento.

Promessas (vazias) são a base para a emissão do certificado de Nível Ouro do CCB

Embora os moradores não tenham visto nenhum benefício tangível além do kit dental e uma consulta única ao dentista, muitas promessas foram feitas na apresentação do projeto às famílias. Os moradores confirmaram que as promessas correspondem àquelas mencionadas no documento do projeto preparado para a certificação do CCB: “JR Agropecuária e Empreendimentos EIRELI também irá implementar inúmeras atividades para ajudar as comunidades locais e atenuar as pressões de desmatamento, tais como: oferecendo cursos de formação de extensão agrícola; começando patrulhas dos potenciais locais de desmatamento nas fases iniciais do projeto; concessão de posse de terra para as comunidades locais; e criação de atividades económicas alternativas, incluindo a comercializar a coleção de plantas medicinais e açaí”. (6)

Em 2015/2016, a Imaflora concedeu um certificado CCB “Nível Ouro” ao projeto de REDD+ Envira Amazônia, com base nas promessas feitas à comunidade por quem implementa o projeto. No entanto, nenhuma dessas promessas foi cumprida. Como mencionado acima, os proprietários do projeto parecem nem ter informado a comunidade de que ele havia sido aprovado nas avaliações de certificação nem de que já estava vendendo créditos de carbono. A propaganda

do projeto de REDD+ Envira Amazônia também destaca os benefícios que ele supostamente traria à comunidade. Por exemplo, um anúncio sobre o projeto no site carbonfund.org afirma que a comunidade está se beneficiando dele: “Os projetos sociais e as atividades para mitigar as pressões do desmatamento e beneficiar as comunidades locais incluem, entre outras coisas, cursos de extensão agrícola, patrulhamento em barco de áreas com potencial para desmatamento, melhoria das escolas locais e postos de saúde, e desenvolvimento de infraestrutura local para coletar, transportar e vender açaí, plantas medicinais e borracha de origem local”. (7) Foram incluídas fotografias de crianças em frente à escola comunitária (que não funciona há dois anos e está em mau estado) e uma foto de uma reunião da comunidade dentro do prédio da escola, sugerindo um projeto benéfico para a comunidade local.

Projeto de REDD+ Envira Amazônia: a realidade das famílias é de restrições, e não de benefícios

Enquanto os donos de projetos e organismos de certificação criam uma realidade virtual em que o projeto de REDD+ Envira Amazônia beneficia famílias dentro de sua área, a realidade concreta para a comunidade é semelhante àquela enfrentada pelas comunidades afetadas pelos outros dois projetos de REDD+ da CarbonCO LLC no Acre: Purus e Valparaiso/Russas. (8) Um latifundiário com título de propriedade questionável aproveita a situação de insegurança jurídica sobre a posse da terra e a localização isolada da comunidade e utiliza sua posição de poder sobre as famílias para impor restrições ao uso de terra que provavelmente acelerarão o êxodo rural.

O projeto de REDD+ Envira proíbe o uso da floresta por famílias de seringueiros fora dos 150 hectares atualmente disponíveis para cada uma das famílias que vivem dentro da área do projeto. Portanto, os moradores não podem usar novamente pedaços de terra recentemente abandonados que eram usados por famílias de seringueiros até a década de 1990. Isso forçará os jovens que cresceram na área e desejam dar continuidade ao modo de vida de seus pais – como seringueiros e agricultores – a deixar a terra e migrar para as cidades, onde as oportunidades de emprego serão escassas. Em áreas próximas, grandes proprietários de terras continuam desmatando para criar gado, mas se nega às famílias seringueiras e agricultoras a terra usada há gerações para extração de borracha e pequena agricultura.

A realidade virtual de um projeto de REDD+ que proporciona benefícios de “Nível Ouro” à comunidade, criada pelos anúncios no site carbonfund.org e os relatórios de certificação, está em nítido contraste com a realidade das promessas vazias e das futuras restrições ao uso da terra que caracterizam o projeto de REDD+Envira Amazônia.

Jutta Kill, jutta [at] wrm.org.uy

Membro do secretariado internacional do WRM

(1) Os documentos de certificação incluem uma lista parcial de empresas e propriedades do Acre e do Mato Grosso, que aparentemente são monitoradas como parte da certificação do projeto de REDD+ (para evitar o chamado vazamento, isto é, que o proprietário simplesmente transfira gado a essas outras propriedades). Várias dessas propriedades listadas (por exemplo, a Seringal Canadá) fazem parte da grande propriedade de 200.000 hectares onde está o projeto de REDD+. No entanto, a lista parece estar incompleta e não inclui atividades no estado do Amazonas, mencionadas por vários moradores da região. Pelo menos duas empresas que indicam Couto Neto como seu sócio não constam na lista: Santa Cruz da Amazônia Empreendimentos Ltda e Start Up da Amazônia Projetos de Exploração Sustentável Ltda Me.

(2) Comentário de Duarte José do Couto Neto ao artigo “General do exército bate forte no STF”.

(3) Relatórios financeiros da organização sem fins lucrativos Carbonfund.org mostram um pagamento de US\$ 136.802 em 2015 à Environmental Services Inc. Os relatórios não explicam se esse foi o custo da validação e da verificação do projeto de REDD+ Envira Amazônia ao padrão de carbono VCS. A CarbonCo LLC é uma subsidiária cuja propriedade total é da Carbonfund.org. O relatório anual da Fundação Carbonfund.org 2016 está disponível aqui; documentos apresentados para obter isenção de imposto de renda estão disponíveis aqui.

4) Veja aqui a longa lista de documentos de certificação de carbono e CCB do Verra/VCS.

(5) Link para o banco de dados do VCS/Verra.

(6) Documento do projeto Envira Amazônia preparado para a certificação do CCB, página 3. Versão em Português.

(7) Anúncio da Carbonfund.org para o projeto de REDD+ Envira Amazônia.

(8) Para obter informações sobre os impactos desses projetos de REDD+ sobre as comunidades dentro de suas áreas, consulte a publicação do WRM “Considerações sobre um projeto privado de REDD no interior do Estado do Acre – Brasil”.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

Financiamento equivocado: apoio ao REDD+ por parte do Fundo Verde para o Clima

[Do Boletim 243 do WRM, abril 2019](#)

Apesar de o governo brasileiro ter anunciado cortes nas ações contra o desmatamento, o Fundo Verde para o Clima concedeu a ele 96 milhões de dólares por supostas reduções de emissões na Amazônia. Parte dessas emissões só foi evitada no papel, e o Fundo deve aprovar mais verbas para a negociação de créditos de REDD.

O Fundo Verde para o Clima foi criado por governos com o objetivo de apoiar os países do Sul global em suas respostas às mudanças climáticas. Em fevereiro de 2019, o Fundo aprovou um pagamento de 96 milhões de dólares ao governo do Brasil por emissões de gases de efeito estufa que deixaram de ser lançadas na atmosfera nos anos de 2014 e 2015. O governo havia solicitado a verba por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A suposta redução de emissões foi alcançado, argumenta a proposta do PNUD, porque o governo do Brasil tomou medidas para reduzir o desmatamento. Foi a primeira vez que o Conselho do Fundo Verde para o Clima aprovou uma solicitação de financiamento para REDD+ que corresponde ao chamado pagamento “baseado em resultados”. (1) Os detalhes da decisão (abaixo) demonstram por que é provável que grande parte desse dinheiro seja concedida para reduções de emissões que existem apenas no papel.

O Fundo Verde para o Clima anunciou que fornecerá mais verbas para atividades de REDD+ no futuro próximo. Um pedido de financiamento particularmente criticável vem da Corporação Financeira Internacional (IFC, na sigla em inglês), o braço do Banco Mundial que financia empresas do setor privado. A IFC está solicitando subsídios para que as empresas possam criar novos projetos de REDD+ ou vender seus créditos de carbono de projetos já existentes, os quais sabidamente causaram controvérsias e conflitos.

O que é o Fundo Verde para o Clima?

O Fundo Verde para o Clima foi criado em 2010 pelos 194 países que fazem parte da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC). (2) É uma das possibilidades através das quais governos – principalmente do Norte global, mas não exclusivamente – podem transferir dinheiro que comprometeram contribuir no âmbito do Acordo de Paris sobre mudança climática, da ONU. O Fundo não implementa projetos, e sim aloca verbas para propostas apresentadas por instituições multilaterais, como o PNUD ou a IFC do Banco Mundial, bem como agências nacionais ou regionais, incluindo bancos de desenvolvimento ou bancos privados e ONGs, como WWF ou Conservation International. Até o final de 2018, o Fundo Verde para o Clima havia autorizado 75 entidades nacionais, regionais e internacionais do setor público e privado a apresentar propostas de

financiamento.

Ao estabelecerem o Fundo Verde para o Clima, 43 governos nacionais se comprometeram a disponibilizar 10,3 bilhões de dólares iniciais. Até o final de 2018, um total de 4,6 bilhões foi alocado a 93 propostas de financiamento que cobriam atividades em 96 países. Das verbas remanescentes das contribuições iniciais dos governos, 600 milhões de dólares são reservados para financiar projetos que já estavam na lista de espera do Fundo Verde para o Clima. Isso inclui projetos de REDD+, como o concedido ao governo do Brasil em fevereiro de 2019, ou uma proposta da IFC que deverá ser apresentada ao Conselho do Fundo em julho de 2019 e que incluiria a comercialização de créditos de REDD+ oriundos de projetos do setor privado.

Milhões de dólares por “resultados” na redução do desmatamento, embora o desmatamento esteja aumentando

Em fevereiro de 2019, em sua 22ª reunião, o Conselho do Fundo Verde para o Clima aprovou a primeira solicitação para os chamados “pagamentos baseados em resultados de REDD+”. Em nome do governo brasileiro, a agência de desenvolvimento PNUD solicitou pagamento por “resultados alcançados por meio de REDD+ no bioma amazônico brasileiro em 2014 e 2015”. O Conselho concordou em pagar 96 milhões de dólares por 18,82 milhões de toneladas de dióxido de carbono que o governo alega não terem sido liberadas na atmosfera como resultado de sua ação para reduzir o desmatamento na Amazônia brasileira durante esses dois anos. Nos documentos do projeto, o PNUD e o governo anunciam que uma segunda solicitação de pagamento será apresentada “no futuro”, relativa a resultados na redução das emissões por desmatamento supostamente alcançadas durante 2016 e 2017. (3)

O governo brasileiro e o PNUD explicam que estão solicitando pagamento apenas por uma pequena parcela das emissões de 2,39 bilhões de toneladas de dióxido de carbono que, segundo seus cálculos, deixaram de ser liberadas como resultado da redução do desmatamento na Amazônia brasileira entre 2014 e 2018.

Mas esse cálculo é digno de crédito? A resposta é não. Grande parte do pagamento do Fundo Verde para o Clima será feita, portanto, por emissões de dióxido de carbono que ou foram liberadas na atmosfera sim, ou por uma economia que só existe no papel. Mesmo assim, o Fundo pagou porque a solicitação de pagamento do PNUD calcula o volume de emissões que o governo do Brasil alega ter sido reduzido por meio de REDD+ em 2014 e 2015, comparando o desmatamento registrado em 2014 (5.012 km²) e 2015 (6.207 km²) com o desmatamento médio entre 1996 e 2010 (16.640 km²). A média inclui os anos de pico do desmatamento na Amazônia brasileira e, portanto, é muito alta.

No jargão da negociação climática da ONU, essa média é chamada de “nível de referência de emissões florestais”. Quando o governo do Brasil submete à ONU esse nível de referência (que será usado para verificar se o governo conseguirá atingir as reduções de emissões prometidas dentro do Acordo de Paris da ONU, em 2015), o número de hectares é convertido em toneladas de dióxido de carbono.

(4) Essa também é a unidade usada para solicitar pagamento do PNUD ao Fundo Verde para o Clima: para cada tonelada de dióxido de carbono que o Fundo aceita como “resultado do REDD+”, ele paga cinco dólares. Como o desmatamento médio entre 1996 e 2010 foi muito alto (e foi reduzido antes que o REDD+ existisse!), o desmatamento real na Amazônia brasileira pode mais do que dobrar, mas o governo brasileiro ainda poderia receber o pagamento por “resultados” na redução!

Fica claro que algo tem que estar errado quando um Fundo criado para financiar ações voltadas a evitar o caos climático paga 96 milhões de dólares a um governo que anunciou que vai reduzir ainda mais as ações para controlar o desmatamento – em uma região onde o desmatamento já voltou a aumentar. (5) O Fundo Verde para o Clima também não exige um compromisso de que o carbono pelo qual o pagamento foi recebido permaneça na floresta após o pagamento. Com o desmatamento na Amazônia brasileira aumentando, o pagamento de 96 milhões de dólares pode apenas retardar em alguns anos a liberação das emissões do desmatamento.

Mesmo sem o compromisso de manter o carbono “estocado” e sem qualquer informação sobre quanto carbono será “poupado” como resultado das atividades a ser financiadas pelo Fundo Verde para o Clima, o pagamento continua sendo vendido como sendo “por resultado”. O governo da Noruega, um dos principais contribuintes do Fundo Verde para o Clima e o maior financiador do REDD+, anunciou que dobraria sua contribuição financeira para o Fundo pouco depois de o Conselho aprovar o financiamento de REDD+ para o Brasil. (6)

Atraindo pequenos agricultores para um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais enquanto o desmatamento em grande escala permanece sem solução

Alguns argumentam que, mesmo que os cálculos não sejam tão precisos, o dinheiro pelo menos garantirá o tão necessário financiamento para agricultores e povos indígenas. Na realidade, esse dinheiro será usado para atrair camponeses a um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais de seis anos (chamado Floresta+). Esse Programa não aborda nem o grave problema da insegurança fundiária e muito menos a falta de apoio das políticas governamentais à pequena agricultura. Em vez disso, impulsiona a intensificação das práticas agrícolas ao pagar os agricultores se usarem menos do que os 20% legalmente permitidos na Amazônia de suas terras. Por outro lado, o desmatamento em grande escala como resultado da destruição voltada à pecuária ou a monoculturas de soja ou eucalipto continuará sem restrições.

Aumentar o subsídio para projetos de REDD+ do setor privado que estejam em conflito com comunidades?

O Conselho do Fundo Verde terá que decidir sobre uma solicitação de financiamento de REDD+ ainda mais prejudicial ao clima em sua reunião de julho de 2019. A Corporação Financeira Internacional (IFC), braço do Banco Mundial que financia

o setor privado (empresarial) está se preparando para solicitar verbas para um “Programa Multipaíses de Obrigações Florestais” visando “evitar o desmatamento em diversas bacias florestais, ao alavancar o potencial de investimento a partir de mercados de capitais. Financiar atividades de REDD+ e subsidiar preços para créditos de carbono representarão um modelo de financiamento baseado em resultados”. (7)

O Conselho do Fundo Verde para o Clima tem muitas razões para rejeitar essa proposta, entre elas:

- Em 2017, a IFC já lançou uma iniciativa de “Títulos (ou Ativos) Florestais”, oferecendo aos investidores (“detentores dos títulos”) a escolha entre receber créditos do polêmico projeto de REDD+ do Corredor Kasigau, no Quênia, ou um pagamento anual de juros em dinheiro. Mas nem um único “detentor” de Títulos Florestais quis receber seu pagamento de juros anual na forma de créditos de REDD+.

- O dinheiro que a IFC arrecada com a venda de “Títulos Florestais” não é investido em proteção florestal. Na verdade, os investimentos financiados com esse dinheiro podem até causar desmatamento. O único financiamento que vai para “florestas” (na forma de subsídio para atores do setor privado que fazem especulação com projetos de REDD+) é o contrato de compra a ser assinado com proprietários de projetos de REDD+ que fornecerão os créditos de REDD+ que os detentores de títulos podem escolher em vez do pagamento em dinheiro dos juros anuais do dinheiro arrecadada pelo IFC. Esses projetos de REDD+ do setor privado se revelaram particularmente controversos. (8)

- O dinheiro do Fundo Verde para o Clima será usado para que a IFC (ou uma empresa em nome dela) seja compensada se tiver que vender (ou dar) os créditos de carbono de REDD+ por menos do que pagou por eles. Não há benefício climático nesse subsídio (que a proposta da IFC chama de “Facilidade de Liquidez”). No projeto, a IFC propõe pagar o padrão de cinco dólares por crédito de REDD+; contudo, como mencionado acima, os detentores de Títulos Florestais de 2017 preferiram receber seus pagamentos anuais em dinheiro em vez de receber créditos de REDD+ a esse preço.

- Embora o REDD+ tenha sido proposto como um mecanismo para atrair financiamento do setor privado na proteção florestal, esse setor não demonstrou muito interesse em investir em projetos de REDD+ – o que é um bom sinal, considerando que quase todos os projetos existentes geraram conflitos com comunidades e nenhum deles pode garantir a contribuição que afirma dar à proteção climática. A proposta da IFC é fornecer empréstimos baratos para investidores do setor privado potencialmente interessados em estabelecer novos projetos de REDD+ e ajudá-los na comercialização dos créditos. Como mencionado anteriormente, esses projetos de REDD+ do setor privado têm tudo para ser uma má notícia para as comunidades florestais e o clima.

- Além disso, os projetos vão complicar a contabilização das emissões de carbono pelos governos: se um investidor do setor privado vender créditos de carbono de

um projeto de REDD+ para a IFC ou outro comprador, o governo do país onde o projeto está acontecendo terá que descontar as toneladas de carbono vendidas como créditos de REDD+ de seu balanço nacional. Eles deveriam levar em conta as promessas e ações nacionais em nível internacional. Se os países não descontarem de seu balanço as toneladas que estão sendo vendidas como créditos de REDD+, a mesma tonelada de carbono será contabilizada duas vezes: pelo comprador do crédito e no balanço de carbono do governo em questão. Na linguagem dos negociadores climáticos da ONU, isso é “dupla contabilização”.

Em suma, a aprovação do financiamento à IFC representaria um enorme desperdício de verba escassa do Fundo Verde para o Clima. O dinheiro subsidiaria os projetos de REDD+ do setor privado, que provavelmente gerariam conflitos com comunidades que dependem das florestas e dificilmente atacariam as causas do desmatamento em grande escala.

O entusiasmo do Fundo Verde para o Clima com pagar por “resultados de REDD+” (mesmo quando não há resultados que possam ser confirmados!) e subsidiar a compensação de carbono chega em um momento em que está mais claro do que nunca que o tempo da compensação acabou. É necessário fazer cortes reais nas emissões – em outras palavras, o petróleo e o carvão devem ficar debaixo do solo. (9) Também coincide com o reconhecimento, por muitos defensores iniciais do REDD+, de que o sistema é o instrumento equivocado para combater as causas do desmatamento em grande escala. (10) Esta análise, assim como a documentação dos conflitos e das violações aos direitos das comunidades que dependem das florestas em que os projetos de REDD+ do setor privado costumam estar envolvidos, parece ter escapado até agora à atenção dos membros do Conselho do Fundo Verde para o Clima. Com base na experiência com o REDD+, não há fundamentação para o Conselho aprovar subsídios para projetos de REDD+ do setor privado.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy

Membro do Secretariado Internacional do WRM

(1) REDD significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal. O sinal de “mais” em REDD+ indica que a conservação florestal, o manejo florestal sustentável e o plantio de árvores também são atividades de REDD+.

(2) Para mais informações sobre o Fundo Verde para o Clima, consulte About the Fund – Green Climate Fund. Para uma explicação de como o Fundo subsidia o REDD+, consulte: Kill, Jutta, e Liane Schalatek. Green Climate Fund and REDD+: Funding the Paradigm Shift or Another Lost Decade for Forests and the Climate? Washington, DC: Heinrich Boll Stiftung, 2019.

(3) Para obter informações sobre o projeto, consulte a página do Fundo Verde para o Clima referente ao Brasil

(4) As cifras dos governos sobre emissões de dióxido de carbono por desmatamento têm pouca relação com a quantidade liberada na atmosfera quando as florestas são destruídas. Por exemplo, a maioria dos governos, incluindo o do Brasil, não inclui emissões de incêndios florestais provocados por seca nos dados que apresentam à convenção climática da ONU.

(5) Veja, por exemplo, Bradford, S. & M. Torres (2017): Brazil on verge of legitimizing Amazon land theft on a grand scale, warn NGOs. Mongabay, e Lang, Ch. (2019): Brazil’s funding proposal

for REDD results-based payments to the Green Climate Fund would set a terrible precedent.

(6) Usher, Ann Danaiya. “Brazil receives first Green Climate Fund grant for REDD+. Critics warn of ‘paper reductions’ with no real climate benefits.” *Development Today*, 15 de março de 2019

(7) Veja a apresentação Green Climate Fund’s Private Sector Facility and the REDD+ Results-Based Payments, na seção 4 da 18ª reunião do Fundo de Carbono do Mecanismo de Parceria para o Carbono Florestal

(8) ReCommon (2016): Mad Carbon Laundering. How the IFC subsidizes mining companies and failing REDD projects.

(9) Lund, J. F. et al. (2017): Promising Change, Delivering Continuity: REDD+ as Conservation Fad. *World Development*. Volume 89, janeiro de 2017: 124-139

(10) O portal REDD Monitor apresenta uma cobertura detalhada da ampla gama de controvérsias, incoerências, contradições e conflitos associados ao REDD+ e a esquemas de pagamento baseados em resultados para REDD+. Outra fonte de informações sobre REDD+, incluindo um mapa para localizar uma ampla literatura crítica acadêmica e de ONGs sobre REDD+ é o Webdossier New Economy with Nature, da Fundação Heinrich Böll.A

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

REDD+: um esquema podre em sua essência

[Do Boletim 245 do WRM, setembro de 2019](#)

O REDD+ se revelou um grande fracasso para o clima, as florestas e os povos das florestas, mas muitas agências internacionais e governos continuam a apoiá-lo. Este artigo analisa sua incapacidade continuada em não conseguir interromper o desmatamento e descreve os problemas das principais iniciativas internacionais de REDD+.

Ficou difícil ter uma ideia clara do que realmente está acontecendo com o REDD+, a principal política internacional para as florestas. Ele já se revelou um grande fracasso para o clima, para as florestas e para os povos da floresta (1), mas muitas agências internacionais de financiamento e governos continuam apoiando e promovendo o REDD+. A próxima rodada das negociações climáticas da ONU, em novembro de 2019, discutirá novamente o mecanismo. Este artigo analisa sua capacidade continuada em não conseguir interromper o desmatamento e descreve os problemas fundamentais das principais iniciativas internacionais.

Banco Mundial e REDD+: facilitando mais desmatamento

Inicialmente, examinemos a Parceria para o Carbono Florestal (FCPF, na sigla em inglês) do Banco Mundial, lançada em dezembro de 2007 como uma iniciativa-piloto para impulsionar o início do mercado de carbono para o REDD+. (2)

Quase doze anos após o seu lançamento, um padrão que talvez tivesse sido previsível ficou evidente: grandes anúncios sobre exigências de “salvaguardas” sociais e ambientais, “planos de compartilhamento de benefícios” ou processos “participativos” foram, depois de algum tempo, seguidos versões bem mais frágeis dessas regras e promessas. No entanto, esses anúncios permitiram que a Parceria se apresentasse como um mecanismo “inovador” e atendesse às solicitações dos doadores, ao mesmo tempo em que garantia a continuidade dos programas nacionais de REDD+ – mesmo que não tivessem cumprido os requisitos para esse avanço. (3) O resultado: 19 países foram admitidos no Fundo de Carbono – a fase final da FCPF, que permite que os países participantes recebam pagamentos com base nos “resultados” de prevenção de desmatamento. Em poucas palavras, isso significa que, com pagamentos baseados em resultados, o governo que recebe o dinheiro pode incluir as emissões supostamente evitadas no sistema nacional de contabilidade de carbono de seu próprio país. Se o pagamento fosse por créditos de REDD+ que o Fundo de Carbono pudesse vender ou que membros do Fundo de Carbono pudessem usar para alegar que suas emissões não estão prejudicando o clima, o governo de um dos 19 países que recebesse o dinheiro não poderia alegar a redução nas emissões de REDD+ em seu próprio sistema nacional, pois o Fundo de Carbono já estaria contabilizando essas reduções.

Antes que os pagamentos possam ser feitos, o Banco Mundial precisa assinar um contrato com o país do Sul global em questão. Até agora, o Banco Mundial assinou contratos com três governos: República Democrática do Congo (RDC),

Moçambique e Gana. Nesses contratos (chamados de “Contrato de compra de redução de emissões” – ERPA), o Banco Mundial pagará 5 dólares por tonelada de dióxido de carbono que o governo em questão conseguir demonstrar ter evitado ao manter o desmatamento abaixo do limite acordado.

Mas esse cenário pode estar prestes a mudar...

Com o término da Parceria para o Carbono Florestal previsto para dezembro de 2025, e considerando-se que os contratos de compra devem cobrir pelo menos cinco anos, todos os contratos precisam ser encerrados até o final de dezembro de 2019. (4) Ainda não se sabe se isso será possível sem outra onda de fragilização de regras e com doadores fazendo vista grossa aos atalhos adotados para cumprir prazos.

Além disso, o Fundo de Carbono da FCPF já enviou ao Esquema de Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional (CORSIA) uma solicitação para ser reconhecido como comerciante registrado de créditos de REDD, ou seja, as compensações de carbono que podem ser vendidas e compradas. (5) O CORSIA possibilitará que as companhias aéreas aumentem o número de voos internacionais e aleguem que isso não prejudica o clima, pois os créditos de carbono que compram compensarão uma parte das emissões que elas têm projetadas.

Se for aceita como fornecedor de créditos de carbono para companhias aéreas internacionais por meio do CORSIA, a Parceria de Carbono Florestal do Banco Mundial já não será apenas um mecanismo de pagamento de REDD+ com base em resultados, e sim de negociação de créditos de carbono de REDD+. Isso porque, ao adquirir um crédito de REDD+, as companhias aéreas estão comprando o direito de alegar que parte das emissões de seus voos foi compensada. A consequência provável será a imposição de monitoramento e restrições de uso muito mais rigorosos a comunidades que vivem na floresta ou convivem com ela.

As propostas existentes apontam para uma repetição do padrão estabelecido, segundo o qual as iniciativas de REDD+ responsabilizam a pequena agricultura pelo desmatamento e restringem a agricultura itinerante e outras práticas tradicionais de uso da floresta – enquanto a destruição em grande escala impulsionada pelas empresas continua intocada. Nesse caso, as consequências para povos da floresta e pequenos agricultores não serão diferentes das que estão nos projetos de REDD+ do setor privado – apenas acontecerão em uma escala maior (ver também o Boletim 231 do WRM). Acima de tudo, esses projetos de REDD+ trouxeram conflitos, contradições e mentiras para as comunidades que vivem na floresta e com ela convivem. (6)

E quanto a outras grandes iniciativas-piloto de REDD+?

Além da Parceria de Carbono Florestal, o Fundo Amazônia, o REDD Early Movers e o programa-piloto de REDD+ do Fundo Verde para o Clima estão entre as iniciativas mais importantes que se propuseram a promover o REDD+, seja como

comércio de carbono ou como mecanismo de pagamento com base em resultados (embora a única diferença real entre os dois seja a forma como a unidade REDD+ é usada). Essas outras iniciativas tiveram melhores resultados em termos de combate ao desmatamento ou apoio ao manejo das florestas pelos povos que vivem nelas?

Os governos da Noruega e da Alemanha se comprometeram a pagar mais de um bilhão de dólares ao Fundo Amazônia, administrado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Brasil. A Noruega é, de longe, o maior contribuinte, com seu compromisso de pagar mais de um bilhão de dólares ao Fundo se o desmatamento na Amazônia brasileira permanecer abaixo dos níveis acordados. Em agosto de 2019, a Noruega anunciou que suspenderia pagamentos adicionais ao Fundo Amazônia devido a disputas com o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro sobre como se poderia gastar o dinheiro já comprometido. Esses pagamentos teriam sido improváveis de qualquer maneira, já que só são feitos depois que se puder demonstrar que os “resultados” do desmatamento na Amazônia ficaram abaixo de um limite acordado. Sob o atual governo de extrema direita, no entanto, é provável que a taxa de desmatamento aumente até bem acima do limite. E não conseguir gerar resultados significa que não haverá pagamentos.

O governo da Alemanha administra outro programa de pagamento de REDD+ “baseado em resultados” no Brasil, com os governos estaduais do Acre e do Mato Grosso. (7) O programa REDD Early Movers já está em sua segunda fase no Acre, onde o governo recebeu 25 milhões de dólares entre 2012 e 2017 na forma de pagamentos “com base em resultados”. Obter os resultados da fase I foi fácil para o governo do estado porque o limite ou nível de referência foi calculado com base em uma média de dez anos que incluiu os anos de pico de desmatamento no início da década de 2000. Não foi necessário atuar para reduzir o desmatamento. Na verdade, o desmatamento poderia ter aumentado muito e o governo do Acre ainda continuaria apto a receber pagamentos “com base em resultados”. Para a fase II, o nível de referência foi reduzido. Com um aumento de 300% no desmatamento em todo o estado do Acre em comparação com o ano anterior, é provável que o desempenho 2018/2019 também o seja: não haverá pagamentos. E, como resultado, também não haverá financiamento para iniciativas e programas governamentais que se tornaram totalmente dependentes dos pagamentos de REDD+.

No Mato Grosso, o programa fornece pagamentos se (as emissões do) desmatamento permanecerem abaixo de um limite acordado, que é o desmatamento médio de 2004 a 2015. Esse limite também é muito vago porque inclui os anos de pico do desmatamento. Pouco se sabe sobre quanto dinheiro do REDD Early Movers o governo alemão desembolsou até agora no estado. O que se sabe é que o governo do Mato Grosso usou parte do dinheiro para comprar imagens de satélite de uma empresa privada, embora o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, tenha um programa amplamente reconhecido de monitoramento por satélite do desmatamento, chamado PRODES. A compra de imagens de satélite privadas é ainda mais problemática considerando-se a política atual no Brasil. Em reação às notícias sobre o aumento intenso do desmatamento na Amazônia brasileira desde que seu governo assumiu, o presidente Bolsonaro, de extrema direita, questionou

os números do INPE e propôs substituir o portador das más notícias pelo mesmo serviço privado do qual o governo do Mato Grosso está comprando imagens de satélite – com fundos do governo alemão.

O programa-piloto do Fundo Verde para o Clima Verde voltado ao pagamento de REDD+ com base em resultados, no valor de 500 milhões de dólares, está atualmente em avaliação. Até o momento, aprovou duas solicitações de financiamento para pagamentos de REDD+, supostamente baseados em resultados. Ambos os pedidos foram submetidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – um em nome do governo do Brasil e outro em nome do governo do Equador. O pedido brasileiro de 96,5 milhões de dólares foi aprovado em fevereiro de 2019, em meio a muitas críticas e apenas um mês após o governo Bolsonaro assumir o poder. Os principais requisitos para a aprovação da solicitação do governo brasileiro, como a participação da sociedade civil no organismo para decidir como as verbas seriam usadas ou o compromisso de continuar implementando medidas para combater o desmatamento, parecem não mais ser atendidos, e as verbas podem não ser (totalmente) desembolsadas no final das contas. A solicitação do governo do Equador foi aprovada em julho de 2019, com o Conselho do Fundo Verde para o Clima aceitando dados de carbono florestal com uma média de mais de 30% de incerteza. Portanto, grande parte do pagamento ao governo do Equador pode ser “com base em resultados”, mas a partir de dados incertos, em vez de emissões reais que deixaram de ser liberadas na atmosfera.

Por fim, em setembro de 2019, o Conselho de Recursos Aéreos da Califórnia (CARB) aprovou um Padrão para Florestas Tropicais. Inicialmente, o órgão decidiu adotar uma decisão que permitiria o uso de créditos internacionais de REDD+ por empresas da Califórnia que fazem parte do esquema de comércio de emissões do estado. Quando a oposição se mostrou mais difícil de superar do que o previsto, o Conselho introduziu outra forma para manter a discussão viva: em vez de uma decisão de aprovar ou rejeitar o uso de créditos internacionais de REDD+ no sistema de comércio de carbono da Califórnia, apresentou uma proposta de “Padrão para Florestas Tropicais”. O Conselho deseja enfatizar que “o TFS [Padrão de Floresta Tropical] não está propondo nem resultaria em novos créditos de compensação elegíveis para uso no Programa de Cap-and-Trade (Limitação e Comércio) da Califórnia ... e qualquer conexão futura exigiria um processo futuro de elaboração de regras e uma votação separada no Conselho”. (8) Isso, no entanto, levanta a seguinte questão: por que uma instituição do estado da Califórnia gastaria tanta energia e recursos na criação de um padrão que não pretende usar? (9)

É claro que todos esses detalhes confusos sobre créditos de REDD+ versus pagamentos “com base em resultados” e sobre quem pode contabilizar quantas reduções de emissões, são uma cortina de fumaça que esconde pelo menos três razões pelas quais o experimento de REDD+ deve terminar urgentemente:

- (1) 12 anos de REDD+ não conseguiram interromper nem reduzir significativamente o desmatamento.
- (2) O REDD+ tem conseguido desviar a atenção das causas reais do desmatamento e das mudanças climáticas.

(3) Os projetos e programas de REDD+ levaram a que mais florestas e territórios de comunidades dependentes de florestas fossem submetidos ao controle e ao monitoramento do uso da terra por agentes de fora. Como compensação, também permitiram que indústrias poluidoras continuassem ou até expandissem operações que destroem as florestas e o clima.

REDD+ visto como sucesso? Se perguntarmos a empresas de combustíveis fósseis...

A máquina de relações públicas (RP) do REDD+ está funcionando a todo vapor desde que o esquema ganhou visibilidade internacional ao ser adotado nas negociações climáticas da ONU. Cada atraso e incapacidade de demonstrar avanços foram minimizados por meio de RP, alegando que não houve tempo suficiente, as circunstâncias não eram as melhores, críticos demais, pouca pesquisa, pouco dinheiro, etc.

Para cada uma dessas desculpas, provavelmente se podem encontrar um ou dois exemplos dignos de confiança. Porém, questões técnicas para “melhorar” o REDD+ não levam em conta a verdade de que o REDD+ está podre em sua essência: ele foi criado como um mecanismo de comércio de carbono, e rebatizá-lo de pagamento “com base em resultados”, REDD jurisdicional ou qualquer outro nome não melhorou os pressupostos que estão por trás dele.

Não há quantidade de relações públicas que mude isso. E assim se explica por que os programas-piloto no REDD+ “com base em desempenho” estabelecidos no Brasil por Noruega e Alemanha não estão mais fazendo pagamentos: uma vez eliminados os falsos “resultados” fabricados ao se inflarem os limites, e uma ação verdadeira teria sido necessária para combater o desmatamento em grande escala por empresas para voltar a produzir “resultados”, os “resultados” desapareceram.

Ao mesmo tempo, a atenção da mídia internacional se voltou para a Amazônia, onde o mês de agosto teve incêndios em uma escala muito maior do que nos últimos anos, liberando grandes quantidades de dióxido de carbono na atmosfera. Enquanto isso, os 96,5 milhões de dólares do Fundo Verde para o Clima, concedidos ao governo brasileiro pelo pagamento de REDD+ “com base em resultados” em fevereiro de 2019, representam menos de 0.003% dos 31,9 bilhões de dólares que governos e bancos no Brasil gastaram para patrocinar a indústrias da soja e da pecuária, somente em 2017. Isso foi antes de o governo Bolsonaro assumir o poder.

Não importa quão bem lubrificada esteja a máquina de relações públicas do REDD+: a natureza não será enganada. A fé em que os “problemas” do REDD+ podem ser corrigidos se revelou equivocada segundo as evidências acumuladas nos últimos 12 anos. Os defensores do REDD+ devem parar enquanto há tempo e pôr fim a todos os esquemas do tipo REDD+, o desastre da política florestal internacional que impediu uma ação significativa no combate ao desmatamento e no apoio às comunidades que vivem na floresta e convivem com ela.

Jutta Kill, jutta@wrm.org.uy | Membro do Secretariado Internacional do WRM

- (1) WRM (2014): REDD. Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras.
- (2) Boletim 111 do WRM, “O Banco Mundial: um comerciante de carbono que não tem nada de neutral“, outubro de 2006
- (3) Uma carta aberta da Rainforest Foundation UK e de outros cita vários exemplos desse padrão em que a Parceria de Carbono Florestal faz grandes anúncios, para depois fragilizar as regras e as exigências
- (4) Documentos e decisões da 20ª reunião da reunião do Fundo de Carbono da Parceria de Carbono Florestal do Banco Mundial, de 8 a 11 de junho de 2019 em Washington, DC
- (5) A solicitação da Parceria de Carbono Florestal ao CORSIA
Para obter mais informações sobre como a aviação internacional está prejudicando o clima e por que seu plano CORSIA irá servir como combustível para o caos climático, em vez de impedi-lo, consulte a postagem do REDD-Monitor “Não se pode enganar a natureza”
- (6) WRM (2014): REDD. Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras.
- (7) A Alemanha também assinou contratos do REDD Early Movers com os governos da Colômbia e do Equador.
- (8) A California Air Resources Board responde a comentários sobre a proposta de análise ambiental preparada para o endosso do padrão florestal tropical da Califórnia. 9 de novembro de 2018, 2-26.
- (9) Larry Lohmann, Carbon Confidential. A California Crime Paper. The Corner House, 2019

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

3. Resistência às propostas para permitir compensações internacionais de florestas, alguns exemplos

Brasil: Carta dos Povos Indígenas dirigida aos governos da Alemanha e da Califórnia

Caciques e lideranças de povos indígenas do Acre publicaram uma carta no dia 9 de maio de 2019 dirigida aos governos da Alemanha e da Califórnia, denunciando a chegada de recursos milionários ao estado do Acre para programas REDD e PSA, sem transparência e beneficiando poucos indígenas. Pedem um moratório sobre estes pagamentos e uma reunião urgente destes governos com eles para que eles possam receber todas as informações sobre os repasses

"Nós caciques e lideranças dos povos: Apurinã, Apolima-Arara, Jamamadi, Jaminawa, Huni Kui, Madihá, Manshineri e Nukini, reunidos no segundo encontro dos povos sem terra demarcada, vimos informar que o Governo do Acre vem recebendo milhões em nome dos Povos Indígenas pelo Programa REDD e Pagamento por Serviços Ambientais através de Contratos entre os governos da Alemanha e Califórnia/EUA, sendo que poucos Povos tem se beneficiado. A política implementada com estes recursos chegou a algumas comunidades através de terceiros contemplando uma minoria da população gerando conflitos entre os povos e o Movimento Indígena.

Diante do exposto solicitamos que os governos da Alemanha e Califórnia de imediato suspenda estes contratos e agende uma reunião com as lideranças abaixo assinado e outros povos não representados no momento, com a finalidade de sermos ouvidos e esclarecidos sobre os investimentos dos recursos repassados ao estado do Acre destinado aos Povos Indígenas."

9 de maio de 2019

Assinaturas: Iلسon Silvestre Souza Nukini, Francisco Saldanha Jaminawa, Ocirlene Batista de Araújo, Francisco Siqueira Arara, José Souza da Silva Jamamadi, Lauro N. S Jaminawa, Antônio Aurora J., Alan Resibeiro Jorge, Jacinto Eridio da Silva, José Kulina, Francisco da Silva Apurinã, José Pequeno da Silva, Marina Martins, Maria Estefânia Rodrigues de Souza Kaxinawá, Valcenir Mateus Kaxinawá, Rociclei Souza da Silva Apurinã, Rosângela Conceição dos Santos, Arimar Correia da Silva, Ninawá Inu Txupani Nunes Huni Kui, Letícia L. Yawanawa

[Leia a carta online aqui](#)

[Índice](#)

Brasil: Declaração de Sena Madureira, 17 de junho de 2018

Povos das florestas se reuniram em Sena Madureira, Acre, Brasil, para denunciar as falsas soluções do capitalismo verde e exigir o direito a suas terras. A retomada dos Jaminawa de seu território foi celebrada como exemplo da força da união dos povos.

Publicado original mente por [Amigos da Terra Brasil](#)

Entre 15 e 17 de junho de 2018, povos indígenas e de comunidades que vivem e trabalham na floresta se reuniram em Sena Madureira, Acre, para denunciar as falsas soluções propostas pelo capitalismo verde para as degradações ambientais e climáticas – causadas, paradoxalmente, pela própria lógica capitalista de produção e consumo insustentáveis. Denunciou-se os projetos que creem na falácia de que é possível seguir poluindo a terra, a água e a atmosfera em determinado ponto do planeta e “compensar” esta poluição por meio da manutenção de florestas em outra região. Além da impossibilidade, tais medidas acabam por prejudicar as populações que de fato se relacionam com as florestas de maneira equilibrada – os indígenas e as pequenas comunidades que trabalham nas florestas -, que acabam por perder a autonomia sobre seus territórios a sua capacidade de produção e subsistência.

O estado do Acre é tido como um “laboratório” para estas políticas de “compensação” e ali as comunidades tradicionais vêm sofrendo com estes projetos, sejam de REDD, REDD+, REM, PSA – as siglas são várias. Os nomes também, e ainda mais complicados: REDD significa “Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal”; o REM é “REDD Early Movers”, que são, na tradução, os “pioneiros do REDD”; PSA quer dizer “Pagamento por Serviços Ambientais”. Em comum entre estas siglas e nomes todos é que são as medidas do capitalismo verde para seguir poluindo livremente, às custas dos direitos de populações indígenas e tradicionais, que, quando enganadas a aceitarem tais projetos, perdem o direito sobre suas terras.

Em suma, governos e empresas poluidoras do norte global compram “créditos de poluição”, tirando das comunidades do sul o direito ao manejo de suas próprias terras: compram o direito a seguir poluindo, por meio da violação de direitos em outro local, desafiando a soberania dos povos sobre seu território. Privatizam e financeirizam a natureza. Confundem as comunidades com nomes estranhos, em uma linguagem distante das pessoas, e as seduzem com falsas promessas – confundir para dividir, dividir para dominar: assim age o capitalismo verde. Pois em Sena Madureira, assim como antes em Xapuri, os povos das florestas mostram o antídoto a estes ataques: união para resistir, resistir para libertar.

Como que para ressaltar a importância deste encontro, enquanto ocorria o diálogo em Sena Madureira, as empresas de aviação se reuniam em Montreal, Canadá, para discutir tais medidas de “compensação”, que em nada diminuem os níveis de poluição e ainda causam violações de direitos nos territórios onde agem. A expansão de aeroportos no mundo e da indústria aeroviária, altamente poluente,

também foi criticada, e é exemplo de como funciona a lógica da “compensação”: há violações de direitos em uma ponta e na outra, enquanto as empresas mantêm seu “discurso verde”, como se de fato enfrentassem os problemas que elas próprias causam. Em Porto Alegre, por exemplo, a Fraport, empresa alemã que opera o aeroporto local, pretende expulsar a Vila Nazaré, que está há 60 anos na região, para que possa estender a pista de pouso por mais umas centenas de metros. A expulsão das pessoas, como de praxe, ocorre de maneira violenta e arbitrária, sem nenhuma transparência no processo – contra o que a comunidade da Vila Nazaré resiste.

De um lado uma comunidade sendo expulsa de sua terra para a expansão de um aeroporto; do outro, populações perdendo o direito a seu território devido aos projetos de “compensação”; no meio, uma lógica destrutiva, que ataca as comunidades nas florestas e nas cidades, e contra a qual estes povos se levantam.

Leia abaixo a íntegra do documento construído no encontro em Sena Madureira, Acre, do qual participaram indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Nawa, Nukini, Jamamadi, Manchineri, Ashaninka do Envira e Yawanawa, representantes de comunidades tradicionais do interior do Acre, seringueiros e seringueiras de Xapuri, além de organizações como Amigos da Terra Brasil, Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, da sigla em inglês).

Declaração de Sena Madureira, 17 de junho de 2018

Nós, moradores da floresta, seringueiras e seringueiros, indígenas presentes Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Nawa, Nukini, Jamamadi, Manchineri, Ashaninka do Envira, Yawanawa, integrantes de organizações solidárias provenientes de diversos estados do Brasil – como Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rondônia, professores e professoras de universidades, reunidos em Sena Madureira, Acre – terras ancestrais do povo Jaminawa – para o “IV Encontro de Formação e Articulação dos Povos das Florestas no Enfrentamento das Falsas Soluções”, no período de 15 a 17 de junho de 2018, declaramos:

– Reforçamos as demandas e denúncias da Declaração de Xapuri, em especial o repúdio às falsas soluções do capitalismo verde, tais como o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal), o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), a exploração madeireira, travestida de manejo florestal, assim como qualquer medida de “compensação” climática ou ambiental por meio da compra de créditos de poluição ou similares;

– Comprometidos com a Declaração de Xapuri, levamos adiante o espírito de união entre os povos e de enfrentamento às “soluções” dadas pelo capitalismo às crises que ele próprio causa;

– A retomada e ocupação Jaminawa de seus territórios ancestrais – Cayapucã, São Paulino e Caieté – nos dá exemplo desta força de união e de enfrentamento aos ataques do poder capitalista contra os povos. Esta conquista revigora e dá forças para que cada um de nós, comunidades, povos e organizações presentes, leve nossa

luta comum adiante;

– Enfatizamos a importância das palavras do Papa Francisco na Encíclica Laudato-Si (parágrafo 171): “A estratégia de compra-venda de ‘créditos de emissão’ pode levar a uma nova forma de especulação, que não ajudaria a reduzir a emissão global de gases poluentes. Este sistema parece ser uma solução rápida e fácil, com a aparência dum certo compromisso com o meio ambiente, mas que não implica de forma alguma uma mudança radical à altura das circunstâncias. Pelo contrário, pode tornar-se um diversivo que permite sustentar o consumo excessivo de alguns países e sectores”.

– Da mesma forma, ressaltamos a condenação às medidas de financeirização da natureza contidas no parágrafo 11 da Declaração da Aliança dos Guardiões e Filhos da Mãe Terra (de 28 de novembro de 2015), que diz, a respeito das áreas de floresta primária do planeta que estão tradicionalmente sob os cuidados de povos indígenas: “Estes ecossistemas não devem ser utilizados no contexto de um mercado de carbono que quantifica e transforma a Mãe Terra em mercadoria, nem servir de pagamento para serviços ecossistêmicos, para o comércio de carbono, para as compensações de carbono, para as tarificações de carbono, para os Mecanismos de Redução de emissões decorrentes do desmatamento e da degradação de florestas (REDD), para os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), ou para mecanismos de compensação da biodiversidade e de financeirização da natureza, transformando-a em ‘partes’ à venda nos mercados financeiros”.

– Rejeitamos o programa REM (REDD Early Movers – “Pioneiros do REDD”, em português), financiado pelo banco público alemão KfW, que induz as comunidades a aceitarem a lógica do capitalismo verde e usa o estado do Acre, indevidamente, como exemplo de “sucesso” em desenvolvimento sustentável. Na verdade, o programa divide as comunidades e ameaça a autonomia dos povos sobre o uso da terra em seus próprios territórios, colocando em risco sua soberania alimentar e seus costumes e saberes tradicionais. Estes mesmos problemas podem acontecer no Mato Grosso, estado no qual recentemente o programa vem sendo implementado;

– Além disso, o dinheiro proveniente destes projetos não responde aos anseios e necessidades das populações originárias e tradicionais, como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas e regularização fundiária dos pequenos agricultores e agricultoras de áreas atingidas por medidas de capitalismo verde. Ainda hoje não há transparência sobre como tais recursos são aplicados, como já havíamos denunciado na Declaração de Xapuri. Cobramos do Ministério Público Federal que exija a prestação de contas dos projetos;

– Desautorizamos qualquer política construída dentro de gabinetes sem a devida consulta prévia (em acordo com a Convenção 169 da OIT) e participação das populações indígenas e tradicionais. Qualquer definição de medidas que concernem estas populações deve partir da base, de dentro das comunidades;

– Prestamos solidariedade aos povos de todos os estados do Brasil e dos países do sul global que sofrem estas mesmas violências do capitalismo verde; apelamos aos povos dos países do norte para que não caiam nas artimanhas do “discurso verde” de empresas, governos e ONGs e questionem as aplicações financeiras tais

como do programa REM e do Fundo Amazônia, entre outros;

– Repudiamos veementemente a perseguição, difamação e criminalização de defensoras e defensores dos territórios, que tem a coragem de se manifestar e denunciar os ataques dos promotores do capitalismo verde.

Por fim, fortalecidos pelo intercâmbio de experiências entre os mais variados povos durante estes três dias, seguimos com a cabeça erguida e crentes que, unidos, temos plenas condições de lutar contra as falsas soluções do capitalismo verde e de construir formas alternativas de vida sustentável a partir dos territórios, respeitando a pluralidade dos povos. Convidamos todos os povos das florestas e comunidades que sofrem as violações deste sistema desumano e predatório para seguirmos juntos, caminho através do qual será possível superar a lógica destrutiva do capital.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

Brasil: Povos Indígenas do Acre declaram sua rejeição às políticas de REDD e seu apoio ao CIMI

Povos Indígenas do Acre, no Brasil, declaram sua rejeição às políticas de REDD e seu apoio ao trabalho realizado pela organização Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Feijó, Estado do Acre, Brasil, 28 de setembro de 2017.

Carta de repúdio e solicitação de esclarecimento

Nós povos indígenas de quatro povos das diferentes etnias, Shanenawa, Huni Kui, Ashaninka e Madiha, em parceria com Colonheiros, Seringueiros e Ribeirinhos do alto e baixo Rio Envira, junto também com as comunidades do Rio Jurupari: Santo Antônio, Paumaripé e Valparaíso, Associação MASSIPIRA e Novo Oriente, ramais e BR, reunidos em Feijó nos dias 27 e 28 de setembro de 2017; repudiamos a “Carta aberta em resposta às declarações sobre o SISA, REDD+ e povos indígenas no acre” de acusação e perseguição, publicada no dia 31 de julho, no site da CPI Acre, contra o CIMI.

Declaramos que somos extremamente gratos pelos seus trabalhos prestados aos povos e comunidades indígenas, no entanto repudiamos quaisquer atos realizados contra o bem dos povos indígenas levando em conta que temos ciência do trabalho transparente do CIMI referente às questões indígenas do Rio Envira e de todo o Brasil.

Mediante toda a burocracia brasileira, nós povos indígenas e demais comunidades tradicionais exigimos respeito pela nossa originalidade, humildade e sabedoria de reconhecer o verdadeiro valor da Amazônia para nossas vidas, no qual é de extrema necessidade que todo o mundo saiba que nós povos indígenas éramos muito felizes antes da chegada dos portugueses no nosso país originário,

Brasil, esclarecemos que temos ciência que temos muitos direitos como temos deveres, só precisam ser praticados, no entanto sabemos que só precisamos fazer com que tudo ocorra com transparência e honestidade.

Nós povos indígenas, exigimos às prestações de contas de todos e quaisquer que sejam os recursos destinados às nossas comunidades indígenas e ribeirinhas, no intuito de melhorar as relações entre governantes e suas bases.

Nós somos os maiores preservadores da vida humana por preservarmos naturalmente o meio ambiente, temos ciência que tudo o que precisamos para sobreviver em harmonia com nossas famílias são que nossas terras sejam demarcadas para plantar e colher nossos alimentos tradicionais, e que nossos governantes trabalhem com transparência referente às questões indígenas, reconhecemos que a falta de honestidade já vem desde época que Pedro Alvarez Cabral trocava ouro por um pedaço de espelho, desde então nossos governantes perderam a verdadeira essência de como governar um povo com honestidade e transparência com as práticas de boa fé.

Feijo, 28 de setembro de 2017

[Assista ao vídeo](#) | [Lea este artículo en línea](#)

Moção de repúdio e solidariedade frente a ameaças às lideranças no Acre

Mais de 80 organizações e indivíduos do mundo inteiro mandaram a carta abaixo para autoridades no Brasil, Alemanha e Califórnia/EUA, repudiando “toda e qualquer tentativa de intimidar ou censurar as pessoas e organizações que criticam e se opõem às políticas ambientais e climáticas que vêm sendo implementadas pelo governo do Acre”.

Essas tentativas se intensificaram depois da realização em Xapuri no Acre do Encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”. Na [Declaração de Xapuri](#), os participantes do referido Encontro denunciaram os acordos negociados pelo governo do Acre com outros países. O principal exemplo é o acordo com o banco Alemão KfW que já repassou EUR 25 milhões para o governo do Acre, sem que haja transparência na aplicação destes recursos perante as comunidades no Acre que dependem da floresta e perante a sociedade como toda. Tentativas estão em curso para negociar outros acordos com, por exemplo, o governo da Califórnia para que possa, segundo afirma a declaração de Xapuri, legitimar “a continuidade e expansão de um modelo social e ambientalmente destrutivo”. Este modelo, no caso da Califórnia, afeta, sobretudo, as comunidades mais vulneráveis em torno das instalações industriais da Califórnia como as dezenas de refinarias de petróleo. As políticas implementadas no Acre também beneficiam o capital privado de madeireiros e fazendeiros enquanto implicam em restrições aos modos de vida das populações indígenas e seringueiras e não contribuem para a regularização das terras indígenas ainda não demarcadas no Acre.

No final da carta, as organizações e indivíduos reafirmam sua “solidariedade com todos e todas que sofrem ameaças ou represálias em consequência da firmeza de seu posicionamento político em defesa dos seus territórios contra a exploração incessante do capital: vocês não estão sozinhos!”.

03 de agosto de 2017.

Tiã Viana Governador do Acre
gabinete.governador@ac.gov.br

Dr. Torquato Lorena Jardim, Ministro da Justiça e Segurança Pública
assessoria.ministro@mj.gov.br; marcelo.varella@mj.gov.br;
gracioneide.rodriques@mj.gov.br

Franklimberg Ribeiro de Freitas, Presidente da FUNAI-BSB
presidencia@funai.gov.br

Ministério Público Federal-Acre
atendimento.cidadao@mpf.mp.br
6a Camara de Coordenação e Revisão do MPF-Brasilia
6ccr@mpf.mp.br

Christiane Ehringhaus, KFW – programa REDD Early Movers
Christiane.ehringhaus@kfw.de

Jerry Brown, Governor of the State of California
Fax: + 1 – (916) – 558-3160

Mary Nichols, Chair California Air Resources Board
mnichols@arb.ca.gov
cc: Floyd Vergara, Chief Industrial Strategies Division, floyd.vergara@arb.ca.gov
cc: Rajinder Sahota, Assistant Division Chief Cap-and-Trade Program
cc: Industrial Strategies Division, rajinder.sahota@arb.ca.gov
cc: Jason Gray, Branch Chief Cap-and-Trade Program, jason.gray@arb.ca.gov
cc: Veronica Eady, Assistant Executive Officer, Environmental Justice,
Veronica.Eady@arb.ca.gov
cc: Office of the CARB Ombudsman, ombcomm@arb.ca.gov
cc: La Ronda Bowen, Ombudsman – ombudsman@arb.ca.gov
Minister Dr. Gerd Müller, Federal Ministry for Economic Cooperation and
Development (BMZ), gerd.mueller@bmz.bund.de | Cc: Lena Siciliano Brêtas, lena.
bretas@bmz.bund.de
Ministerin Dr. Barbara Hendricks, Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz, Bau
und Reaktorsicherheit (BMUB), barbara.hendricks@bundestag.de
cc: Programmbüro Internationale Klimaschutzinitiative,
programmbuero@programmbuero-klima.de

Moção de repúdio e solidariedade

No período de 26 a 28 de maio do corrente, realizou-se em Xapuri no Acre, o Encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”. Além da publicação da [Declaração de Xapuri](#), foram divulgados também vídeos com falas de lideranças indígenas, seringueiros e outros participantes do referido evento. Desde então, muitas dessas lideranças passaram a ser pressionadas e ameaçadas pelos “donos do poder no Acre”.

Indignados com mais essa agressão aos direitos desses povos e populações que vivem nas e das florestas, nós que participamos do referido Encontro e demais apoiadores das lutas desses povos e populações da Amazônia, manifestamos nosso veemente repúdio a toda e qualquer tentativa de intimidar ou censurar as pessoas e organizações que criticam e se opõem às políticas ambientais e climáticas que vêm sendo implementadas pelo governo do Acre.

Denunciamos e repudiamos especificamente as tentativas do governo do Acre e de organizações não governamentais ligadas a ele, de difamar tais críticos, ao alegar que os questionamentos por eles articulados inviabilizariam a chegada de recursos que poderiam beneficiar povos das florestas no Acre. Sabemos que o governo possui suficientes recursos para resguardar os direitos e atender os legítimos interesses dos povos indígenas e comunidades locais. Não há necessidade de colocar o futuro destes povos e comunidades em risco através de projetos questionáveis e nebulosos. O governo deveria agir com transparência acerca da aplicação dos recursos que já recebeu através de tais projetos e com isto revelaria quem são seus verdadeiros beneficiários.

Exigimos que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) pare de intimidar funcionários que participam nestas discussões e articulações da sociedade civil. Exigimos ainda, que a FUNAI cumpra sua missão, que consiste em proteger e promover os direitos dos povos indígenas. Com tais intimidações, a FUNAI fere mais uma vez os direitos à livre expressão destes povos.

Entendemos que, na medida em que a falência do modelo subjacente das políticas e dos projetos ambientais e climáticos em questão se torna óbvia, sua defesa por parte daqueles que tem seus interesses particulares entrelaçados com tais políticas e projetos tende a se tornar cada vez mais repressiva e violenta. Como já disse o filósofo Paul Valery: quem não pode atacar o argumento, ataca o argumentador.

Não podemos tolerar a continuidade desses ataques! Por isso, reiteramos o nosso apoio à Declaração de Xapuri. Reafirmamos nossa solidariedade com todos e todas que sofrem ameaças ou represálias em consequência da firmeza de seu posicionamento político em defesa dos seus territórios contra a exploração incessante do capital: vocês não estão sozinhos!

Rettet den Regenwald e. V.; Alemanha
 Forum Ökologie & Papier; Alemanha
 Down to Earth Consult; Alemanha
 Amigos de la Tierra Argentina; Argentina
 Friends of the Earth Australia; Australia
 Red de Comunicaciones Indigenas Apachita;
 Bolivia
 Center for Environment from Bosnia and
 Herzegovina; Bosnia
 Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Brasil
 Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social; Brasil
 Equipo Itinerante Manaus y Equipo Itinerante
 BOLPEBRA; Brasil
 Instituto Agrario de Chimoio-Manica; Brasil
 Associação Movimento Paulo Jackson – Ética,
 Justiça, Cidadania (Bahia); Brasil
 Articulação Antinuclear Brasileira; Brasil
 Comissão Paroquial de Meio Ambiente de Caetité
 (Caetité – Bahia); Brasil
 FASE Bahia; Brasil
 Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará –
 CEDENPA; Brasil
 Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical
 e Popular – CEPASP; Brasil
 Coordenação nacional de articulação das
 comunidades negras rural quilombolas (CONAQ);
 Brasil
 CDDH Marçal de Souza Tupã-i; Brasil
 Comissão Pastoral da Terra – CPT-Nacional;
 Brasil
 Terra de Direitos; Brasil
 Conselho de gestão kaapor; Brasil
 Aliança RECOs – Redes de Cooperação
 Comunitária Sem Fronteiras; Brasil
 Movimento Mulheres pela P@Z!; Brasil
 INSTITUTO AMAZÔNIA SOLIDÁRIA (IAMAS);
 Brasil
 Pastoral nacional da Mulher Marginalizada – SP;
 Brasil
 Justiça Global; Brasil
 Fórum de Direitos Humanos e da Terra MT; Brasil
 Centro Burnier Fé e Justiça; Brasil
 O Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA;
 Brasil
 FAMOC – Federação das Associações de
 Moradores de Cariacica; Brasil
 O Instituto Madeira Vivo; Brasil
 Aliança dos Rios Panamazônicos; Brasil
 Aliança dos 4 Rios da Amazonia: Madeira, Teles
 Pires, Tapajós e Xingu; Brasil
 Núcleo de Pesquisa Estado, Sociedade e
 Desenvolvimento na Brasil
 Amazônia Ocidental (NUPESDAO-UFAC)
 Amigos da Terra Brasil; Brasil
 Combate Racismo Ambiental; Brasil
 Red de Accion por los Derechos Ambientales
 (RADA); Chile
 Censat Agua Viva, Amigos de la Tierra Colombia
 COECOCEIBA; Amigos de la Tierra Costa Rica
 Costa Rica
 Red de Coordinación en Biodiversidad;
 Costa Rica
 Asociación Conservacionista YISKI; Costa Rica
 Accion Ecologica de Ecuador
 Cesta – Amigos de la Tierra; El Salvador
 Salva la Selva; España
 Asociación galega Cova Crea; España
 Ecologistas en Acción; España
 Friends of the Earth – US Eua
 Clean Energy Alliance; Eua
 Global Justice Ecology Project; Eua
 Indigenous Environmental Network; Eua
 WilderUtopia; Eua
 The Environmental Justice Coalition for Water; Eua
 Physicians for Social Responsibility; Los Angeles;
 Eua
 Oakland Climate Action Coalition; Eua
 New Wind Association; Finlandia
 Emmaus Aurinkotehdas ry; Finlandia
 Friends of the Earth Finland; Finlandia
 Organización Fraternal Negra Hondureña
 OFRANEH; Honduras
 Clifton Justice and Peace Commission;
 Inglaterra
 Amigos de la Tierra Internacional; Internacional
 World Rainforest Movement; Internacional
 Consumers’ Association of Penang (CAP); Malasia
 Borneo Project; Malasia
 Movimiento Mesoamericano contra el Modelo
 extractivo Minero – M4; México
 Otros Mundos A.C./Amigos de la Tierra México
 Medio Ambiente y Sociedad, A.C.; México
 U Yits Ka’an, La Escuela de Agricultura Ecológica
 de Maní Yucatán; México
 Organización Campesina de Producción Por Un
 Mundo Mejor OCPMM; México
 Justicia Ambiental/FOE; Moçambique
 Human Rights Organization of Nepal (HURON);
 Nepal
 Social Action;Nigeria
 Health of Mother Earth Foundation (HOMEF);
 Nigeria
 Colectivo Voces Ecológicas COVEC; Panamá
 Lucha indígena; Peru
 The Corner House; Reino Unido
 EcoNexus; Reino Unido
 (And more)

[Leia a lista completa online](#)
[Índice](#)

Declaração de Xapuri, 28 de maio de 2017

Por Daniel Santini – Fundação Rosa Luxemburgo

Em encontro em Xapuri, no Acre, povos da floresta criticam políticas de economia verde e demonstram preocupação com novos acordos discutidos entre o governo e a indústria de aviação. Em declaração conjunta, exigem demarcação e reconhecimento de territórios e direitos.

Praticamente ao mesmo tempo em que, em Rio Branco, capital do Acre, empresários e representantes do governo estadual realizaram um encontro para discutir novas fórmulas para compensação do aumento da emissão de poluentes, em Xapuri, cidade de Chico Mendes, representantes de cinco povos indígenas e de comunidades que vivem e trabalham na floresta, apresentaram denúncias de impactos de projetos de economia verde. O Acre é considerado um laboratório para implementação de políticas baseadas na ideia de que é possível compensar poluição gerada em determinadas regiões com a manutenção de florestas em outras regiões.

Em Rio Branco, o encontro foi realizado dias 25 e 26 de maio no Auditório da Procuradoria Geral do Estado, e teve como principal tema a possibilidade de implementação do esquema “Compensação e Redução de Carbono para a Aviação Internacional”, conhecido como Corsia. Apesar de o nome mencionar redução, o mecanismo em discussão não prevê uma diminuição das emissões dos aviões. Pelo contrário, trata-se de uma alternativa defendida pela Organização da Aviação Civil Internacional (Oaci) para justificar aumento da poluição em troca do não-desmatamento de florestas. Tais mecanismos preveem restrições às comunidades tradicionais, como limitações para práticas de agricultura, pesca, caça e uso de bens florestais. O encontro foi realizado pelo grupo de trabalho Offsets de Carbono Florestal do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e contou com a participação do senador Jorge Viana (PT-AC), presidente da Comissão Mista de Mudanças Climáticas no Congresso Nacional.

Em Xapuri, o evento ocorreu de 26 a 28 de maio com boa parte das discussões realizadas embaixo de árvores do quintal de uma pousada local. Intitulado “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”, o encontro reuniu indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri e Shawadawa, e representantes de comunidades tradicionais do interior do Acre, além de seringueiros e seringueiras de Xapuri. Frente aos projetos governamentais, marcados pela pouca participação social e transparência, os participantes denunciaram o que chamam de colonialismo climático. Foram criticadas as limitações dos modelos que tentam mensurar impactos ambientais a partir de estimativas de concentração de carbono e de previsões sobre desmatamento, e questionado o real impacto ambiental das atividades e modos de vida dos diferentes povos da floresta.

Os presentes também defenderam o uso “créditos de poluição” em vez de “créditos de carbono”, termo utilizado nos mercados de compra e venda de poluentes estabelecidos com base em projetos de tipo REDD+ (Redução de Emissões por

Desmatamento e Degradação Evitados). Em vez de políticas fundamentadas em restrições ao modo de vida dos povos tradicionais, os participantes defenderam que seja alterado o modelo político-econômico de ocupação da região, com suspensão dos generosos financiamentos públicos para expansão da agropecuária, e projetos de manejo industrial de florestas e monocultivo de árvores.

Neoaviamento

Em meio à discussões sobre as propostas de novas políticas para o Acre, estado considerado chave para a expansão de políticas de economia verde, houve espaço para denúncias sobre invasões de terras indígenas, agravadas por políticas públicas desastradas, muitas das quais com apoio internacional, e relatos de violações de direitos e territórios. As denúncias, que indicam a necessidade de maior presença e atenção do poder público em áreas de difícil acesso, foram apresentadas em rodas de conversa, com momentos para danças e cantos dos diferentes povos da região.

Os debates resultaram em um documento conjunto, intitulado Declaração de Xapuri. O encontro foi uma continuidade do trabalho de observação e denúncia de impactos da economia verde no Acre. Em 2013, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, da Plataforma de Direitos Humanos-Dhesca Brasil, publicou o relatório Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no Estado do Acre, que denunciou, entre outros, sobre três projetos de REDD no estado. Em 2016, novas inspeções resultaram em outras denúncias envolvendo agências de cooperação internacional alemã.

O evento em Xapuri foi realizado com apoio das organizações Amigos da Terra Internacional, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Fundação Rosa Luxemburgo e Movimento Mundial pelas Florestas Mundiais (WRM, da sigla em inglês).

Declaração de Xapuri, 28 de maio de 2017

Nós, moradores da floresta, seringueiras e seringueiros, indígenas Apurinã, Huni Kui, Jaminawa, Manchineri, Shawadawa, integrantes de organizações solidárias e Equipe Itinerante, professores e professoras de diferentes universidades, reunidos em Xapuri, no período de 26 a 28 de maio de 2017, no encontro “Os efeitos das políticas ambientais/climáticas para as populações tradicionais”, declaramos:

– Que, neste momento de retomada, estamos unindo as lutas dos povos indígenas e seringueiros em uma mesma causa. Nossa união é nossa principal arma de ação contra o capital.

– Que, cientes da história de resistência dos povos da floresta e do legado de Chico Mendes, nos manteremos firmes na defesa de nossos territórios. Assim como os que nos antecederam, seguiremos nos opondo às tentativas de expropriação de

nossos modos de vida. Exigimos a demarcação e reconhecimento de nossos direitos a terra e território.

– Rejeição às iniciativas em curso materializadas em políticas que têm como objetivo entregar nossos territórios a grupos de capital privado, entre os quais fazendeiros e madeireiros. Manifestamos preocupação com a falta de transparência e maneira como diferentes mecanismos têm sido apresentados, incluindo pagamentos por serviços ambientais como REDD e suas variáveis, planos de manejo florestal insustentáveis, e mecanismos previstos no novo Código Florestal, muitos dos quais impostos por meio de intimidação, chantagem, negociações marcadas por estelionatos e má fé.

– Nossa indignação com as falsas soluções, que legitimam a continuidade e expansão de um modelo social e ambientalmente destrutivo. Rejeitamos as iniciativas voltadas para compensar a poluição. Não aceitamos os mecanismos baseados em restrições aos nossos modos de vida, e manifestamos solidariedade em relação às populações que vivem nas áreas contaminadas pelas empresas que buscam compensação. Somos solidários e estamos juntos das pessoas de outros países que vivem nas áreas impactadas pela poluição gerada por empresas destrutivas. Ninguém deve viver em áreas envenenadas, é hora de pôr fim a todo tipo de racismo, incluindo o ambiental.

– Que estamos sendo lesados pelos acordos pactuados e negociatas feitas entre o governo do Acre e outros estados e países em benefício de corporações ávidas por créditos de poluição, entre as quais petroleiras, mineradoras, madeireiras e empresas do agronegócio. Manifestamos preocupação com as conversas em curso sobre compensação de emissões da aviação através da Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação de Florestas Tropicais, os chamados mecanismos REDD. Nos recusamos a usar o termo crédito de carbono, entendendo que são na verdade créditos de poluição, que agravam em vez de solucionar o problema. Rejeitamos toda e qualquer forma de colonialismo climático.

– Solidariedade total com as mulheres e homens que, forçados a cumprir prerrogativas impossíveis, acabam multados, criminalizados, endividados, sem condições de manter seus modos de vida, presos em esquemas que remetem às práticas de aviamento e barracão, incluindo escravidão por dívida. Manifestamos solidariedade também com os moradores do seringal Valparaíso e Russas, que, coagidos a se submeterem a um projeto de REDD, sofrem ameaças de expropriação das terras que são deles por direito.

– Solidariedade à comunidade nativa Nova Oceania, do Alto Rio Tauhamanu, no município Ibéria, no Peru. Nossos irmãos e irmãs Pyru Yini e outros grupos em isolamento enfrentam o avanço do desmatamento, impulsionado por concessões madeireiras, que contam com participação direta de empresários acreanos e outros. São grupos envolvidos em projetos de REDD, que, ao mesmo tempo que costumam

acordos internacionais com apoio das autoridades brasileiras, mantém práticas predatórias. Compartilhamos a denúncia que uma aldeia foi destruída com 18 casas incendiadas em julho de 2014, sem absolutamente nenhuma providência por parte das autoridades, em um episódio manchado pela impunidade.

– Conclamamos outros povos, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, a recusar esse padrão destrutivo, marcado pela desigualdade e pela violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Reiteramos nossa unidade na luta e disposição de resistir até o fim. Chico Mendes vive, não nas ações de marketing governamental, mas sim na luta dos povos da floresta.

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

Brasil: Carta Pública do Acre/Brasil denuncia “consulta” sobre REDD+ na Califórnia

Grupos e indivíduos do estado do Acre e outros estados do Brasil enviaram este mês uma carta-denúncia aberta ao governador da Califórnia e, também, a um Grupo de Trabalho (GT) sobre REDD+ da Califórnia. A carta denuncia a ilegitimidade de uma consulta através de três oficinas na Califórnia e outra feita pela internet, tudo em inglês, sobre a forma e as condições como deveriam ser incluídos créditos REDD+ – principalmente do Acre – no mercado de carbono que está sendo criado na Califórnia. Depois do dia 30 de abril de 2013, o GT afirma que encaminhará seu parecer ao governo da Califórnia, dando por encerrada a “consulta”.

A iniciativa na Califórnia em torno do REDD+ é resultado de um acordo que foi assinado em 2010 entre os governadores da Califórnia (EUA), do Acre (Brasil) e de Chiapas (México) com o objetivo de concretizar negócios com REDD+, tendo Acre e Chiapas como estados que estariam “fornecendo” os créditos de carbono enquanto a indústria poluidora da Califórnia se beneficia destes créditos, comprando o “direito” de continuar poluindo.

A carta do Acre/Brasil denuncia em primeiro lugar que se trata de um processo ilegítimo: “Nós, organizações e ativistas do Acre e do Brasil, (...), denunciemos a proposta do governo do estado da Califórnia, nos EUA, de querer “reduzir” suas emissões de CO2 com a “aquisição” de créditos REDD+ dos estados do Acre e de Chiapas, em vez de fazer essa “redução” na própria Califórnia. Somos contrários a essa proposta e denunciemos o processo de “consulta” em curso sobre este tema na Califórnia, porque ele carece de legitimidade pela falta de participação efetiva das populações do Acre e de Chiapas que dependem das florestas para manter seu modo de vida, e que serão diretamente afetadas pela proposta de REDD+ da Califórnia.

Além disso, a carta pública mostra que a imagem verde do Acre no mundo, como exemplo avançado de “sustentabilidade” e de como realizar o REDD+ em áreas de florestas tropicais – construída inclusive a partir da imagem e dos ideais de Chico Mendes – não corresponde à realidade, ao contrário. A carta diz que “o REDD+ não será capaz de reduzir as emissões de carbono no mundo e muito menos a destruição da floresta; aprofunda injustiças sociais e ambientais existentes; criminaliza práticas tradicionais das populações/povos/comunidades da floresta e tem um caráter profundamente neocolonial”.

A Carta sugere que o governo da Califórnia anule o processo ilegítimo de consulta que está em curso, “..caso não faça, a curto prazo, uma ampla consulta aos afetados nos territórios de onde pretende obter os créditos REDD.”

A Carta recebeu uma moção de apoio de um grupo de organizações internacionais que afirmam que: “Decisões em relação à legislação ou programas de REDD+ já estão causando ou causarão impactos no modo de vida de populações da floresta. Dado que nem no processo REDD+ no Acre e tampouco durante a elaboração de recomendações ao governo da Califórnia sobre o assunto houve a necessária participação significativa dessas populações, exigimos que não sejam incluídos créditos de “compensação” REDD+ no esquema de comércio de carbono da Califórnia”, completando que “compartilhamos também as outras preocupações sobre o mecanismo REDD+ e apoiamos a demanda da Carta Aberta, de que Califórnia não deveria incluir créditos de “compensação” REDD+ do Acre no seu esquema de comércio de carbono e deveria fazer esforços para reduzir suas emissões na própria Califórnia”.

A carta-denúncia pública e a moção de apoio podem ser lidas na íntegra em português, enquanto também uma carta de rejeição a REDD desde Chiapas foi enviada para as autoridades na Califórnia

Veja [Acre-Solidarity Open Letter](#) e [Open Letter](#).

[Leia este artigo online](#)

[Índice](#)

4. Outros materiais recomendados

Aviação e falsas soluções: a farsa do projeto de REDD “Florestal Santa Maria”, no Mato Grosso, Brasil

Este projeto de REDD cobre quase 70.000 hectares e vendeu créditos de carbono a programas de compensação divulgados por, pelo menos, duas companhias aéreas: Delta Airlines e TAP. Porém, detrás dele se esconde um aumento no desmatamento na região e um histórico de concentração de terras, uso de certificações que não valem mais e promessas não cumpridas às comunidades locais.

Brasil: Continuação da destruição de florestas e biodiversidade no estado do Acre, considerado um modelo da “Economia Verde” na Amazônia brasileira

Povos e territórios florestais: violações de direitos no Acre, Brasil

REDD: Uma coleção de conflitos, contradições e mentiras

Acre, Brasil: Uma história de desmatamento, redução de desmatamento e, agora, REDD

Trinta anos pos-assassinato de Chico Mendes e destruição oculta de florestas e vidas no Acre, Rio Branco, 2018

REDD+: O mercado de carbono e cooperação Califórnia-Acre-Chiapas: Legalizando mecanismos de desapropriação, Amigos da Terra Internacional, 2017

Mais artigos do Boletim do WRM sobre o REDD+

O REDD passa das florestas às paisagens: mais do mesmo, apenas maior e com mais risco de causar danos | Boletim 204, Agosto 2014.

“Paisagens Florestais Sustentáveis”: uma nova fronteira para a mercantilização da natureza | Boletim 198, Fevereiro 2014.

De projetos de REDD+ para “REDD+ jurisdicional”: mais notícias ruins para o clima e as comunidades | Boletim 231, junho 2017.

Como os projetos de REDD+ prejudicam a agricultura camponesa e as verdadeiras soluções para as mudanças climáticas | Boletim 219, Novembro 2015

A indústria da Conservação: Um setor com fins lucrativos? | Boletim 242, Janeiro 2019.

Sobre o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) é uma iniciativa internacional criada em 1986 por ativistas de diferentes países para facilitar, apoiar y reforçar a luta contra o desmatamento e concentração de terras em países com florestas e comunidades dependentes de florestas. Com uma visão sensível à questão de gênero, seu objetivo é contribuir com as comunidades que lutam para garantir o acesso e o controle sobre suas terras, suas florestas, e seus meios de subsistência. O WRM apoia iniciativas que defendem as florestas e as comunidades dependentes das florestas das ameaças da exploração comercial de madeira, barragens, mineração, plantações de árvores, fazendas de camarão, agronegócio, e outros projectos de preservação da floresta, como REDD+ e outros projectos de compensação que fazem parte da crescente tendência a mercantilizar a natureza.

Sobre o Boletim do WRM

O boletim eletrônico do WRM pretende ser uma ferramenta para apoiar as lutas dos povos que defendem suas terras e florestas, e para dar visibilidade às vozes de muitas lutas de resistência. O boletim tem como objetivo informar e alertar sobre iniciativas florestais internacionais que possam ameaçar e ter impactos sobre os povos e outras populações que dependem das florestas. É publicado desde 1997, e atualmente é distribuído em quatro idiomas: espanhol, inglês, francês e português.

Se quiser receber o Boletim do WRM, assine aqui: <http://eepurl.com/7RJYL>

A assinatura é gratuita.



Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM)

Avenida General María Paz 1615, sala 3

11400 Montevideu - Uruguai

Telefone / Fax: +598 2605 69 43 | Email: wrm@wrm.org.uy

www.wrm.org.uy/pt